

A INTRODUÇÃO DO ESCUTISMO EM PORTUGAL

ANA CLÁUDIA S. D. VICENTE *

1. Para uma História da Juventude em Portugal

O estudo do escutismo português revela raros precedentes de natureza historiográfica. Por isso, a montante da concreta investigação desse objecto, impõem-se a justificação de tal escolha e a explicitação da perspectiva científica utilizada na presente abordagem.

A opção pelo estudo do escutismo radica no pressuposto de que o conhecimento das estruturas e movimentos sociais relativos à juventude, como o escutismo, enriquecerão o quadro da História Social Contemporânea de Portugal, objectivo apriorístico da dissertação de mestrado que originou este artigo. E é a juventude categoria social ou objecto histórico pertinente? Se aceitarmos que o processo de crescimento humano, cujo ponto de viragem é a puberdade, não se encontra somente determinado pela fisiologia da espécie, mas também por um processo social espácio-temporalmente variável, a resposta será necessariamente positiva ¹. Assim sendo, da observação do condicionamento colectivo da criança e do jovem pela comunidade em que se inserem se poderão retirar elementos destinados tanto à caracterização de uma nova geração, quanto da sociedade que a envolve.

Os estudos de História da Juventude são uma realidade científica relativamente recente. Foram lateralmente aflorados, na década de sessenta do século XX, por Philippe Ariès ², a propósito da sua investigação sobre a

* Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mestranda em História Social Contemporânea pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Aguarda defesa de dissertação intitulada “A Introdução do Escutismo em Portugal. 1911-1942”.

¹ Vide MITTERAUER, Michael – *I Giovani in Europa dal Medioevo a Oggi*. Bari: Editori Laterza, 1991, p. 3.

² O autor aponta o final do século XVII como momento de nascimento de um

família. Até meados daquela década não se conheceu, no campo desta ou de outras ciências sociais, registo de estudos sobre a juventude enquanto entidade social, económica ou política ³. Na fase seminal compreendida entre 1960 e 1982, para além do destaque obtido no meio académico anglo-saxónico pelas obras de Edward Shorter ⁴ e Joseph Kett ⁵, desenvolveu-se uma primeira vaga de estudos sociológicos ⁶ e historiográficos sobre novas gerações em diferentes períodos, com ênfase nos mundos académicos germânico ⁷ e francês ⁸. A obra do norte-americano John R. Gillis ⁹, *Youth and History*, foi o primeiro momento de conceptualização e síntese da recém-nascida área de estudos. Apenas por essa época o próprio termo “juventude” se vulgarizou na gíria académica ocidental, alargando-se a breve trecho à restante sociedade. A partir de 1982, ocorreu a pulverização e sectorialização dessas investigações à escala global, com maior incidência na Europa, Estados Unidos e Canadá. Na sequência daquelas, duas novas

novo «sentimento de infância», em *L'Enfant et la Vie Familiale sous L'Ancien Régime*. Paris: Editions du Seuil, 1973 (edição original de 1960).

³ Cf. COLTON, Joël – Definition of Youth and Youth Movements. In COMMISSION INTERNATIONALE D'HISTOIRE DES MOUVEMENTS SOCIAUX ET DES STRUCTURES SOCIALES – *La Jeunesse et ses Mouvements. Influence sur l'Évolution des Sociétés aux XIX et XX Siècles*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1992, p. 4.

⁴ Apud MITTERAUER, Michael – *Op. Cit.*, p. 323. O autor refere *The Making of the Modern Family*, New York, 1975.

⁵ Cf. SPRINGHALL, John – British Youth: An Historical and Sociological Balance Sheet. In COMMISSION INTERNATIONALE D'HISTOIRE DES MOUVEMENTS SOCIAUX ET DES STRUCTURES SOCIALES – *Op. Cit.*, p. 170. O autor cita a obra de J. Kett, *Rites of Passage: Adolescence in America, 1790 to the Present*, New York, 1977.

⁶ Dada a abrangência que caracteriza o conhecimento sociológico da juventude, apenas julgamos pertinente fazer aqui referência às obras directamente relacionadas com a Sócio-História ou a História Social.

⁷ Apud MITTERAUER, Michael – *Op. Cit.*, p. 323. O autor refere H. Feilzer, *Jugend in der Mittelalterlichen Ständegesellschaft*, Wien, 1971; L. Rosenmayr, *Jugend*, Stuttgart, 1976; U. Hermann *et.al.* *Bibliographie zur Geschichte der Kindheit, Jugend und Familie*, München, 1980; A.A.V.V., *Jugend '81. Lebensentwürfe, Alltagskulturen, Zukunftsbilder*, Levenkursen, 1982; e B. Schäffers, *Soziologie des Jugendalters*, Opladen, 1982.

⁸ Cf. CHALINE, Nadine-Josette, *et al.* – Jeunesse et Mouvements de Jeunesse en France aux XIX et XX Siècles. Influences sur l'Évolution de la Société Française. In COMMISSION INTERNATIONALE D'HISTOIRE DES MOUVEMENTS SOCIAUX ET DES STRUCTURES SOCIALES – *Op. Cit.*, p. 115. São estruturantes os trabalhos de J. C. Chamboredon, *La Société Française et sa Jeunesse*, Paris, 1966; A. Coutrot, *Les Mouvements de Jeunesse dans la Société Française des Anées Trente*, 1970; M. Crubellier, *L'Enfance et la Jeunesse dans la Société Française, 1800-1950*, Paris, 1979. e G. Cholvy, *Patronage et Oeuvres de Jeunesse dans la France Contemporaine*,

sínteses de conhecimento surgiram durante as décadas de oitenta e noventa, da autoria de Michael Mitterauer ¹⁰ e de Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt ¹¹. Até ao presente, o mais abrangente dos trabalhos realizados nesta área de estudo foi fruto do inquérito empreendido pela Comissão Internacional de História dos Movimentos e Estruturas Sociais, durante dois colóquios internacionais da especialidade, ocorridos em Montréal (1988) e Madrid (1990). Coligidos e editados os relatórios ¹² provenientes de todos os continentes do globo, deles resultou uma lata panorâmica sobre o *corpus* historiográfico respeitante à juventude.

Da leitura dos trabalhos acima referenciados, foi possível perceber o objecto juvenil como agregador de preocupações teóricas e abordagens metodológicas de vária natureza. Numa tentativa de sistematização foram identificados, no âmbito da História da Juventude, quatro tipos de estudos, geradores de outras tantas “sub-disciplinas”. Um primeiro, e o mais antigo, consubstanciou-se na investigação de instituições de educação da infância e juventude (escolas, asilos, organizações e associações, públicas e privadas), criadas e dirigidas por adultos ¹³. Numa segunda fase, apoiados no conhecimento entretanto adquirido, emergiram outros dois tipos de historiografia juvenil: um, atento às formas de condicionamento e envolvimento político da juventude, entendido como a faixa mais radical e mobilizável de um colectivo; outro, focado nas formas de associação espontânea nascidas e geridas no próprio seio juvenil ¹⁴. Por último, desenvolveu-se, a partir de final da década de oitenta, a (mais estrita) aproximação socio-histórica ao desenvolvimento de culturas e sub-culturas de interesse, num quadro social em que o termo “juventude” extrapolou o conceito etário original para dar lugar a uma categoria de contornos mais difusos e crescente protagonismo social ¹⁵.

E qual é, no momento, o *estado da arte* em Portugal?

Paris, 1982.

⁹ *Apud* MITTERAUER, Michael – *Op. Cit.*, p. 323. O autor refere J. R. Gillis, *Youth and History. Tradition and Change in European Age Relations. 1770 to the Present*, New York, 1974.

¹⁰ *Vide* MITTERAUER, Michael – *Op. Cit.* (edição original de Frankfurt, 1986).

¹¹ *Vide* LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude – *Histoire des Jeunes en Occident*. Vols. 1 e 2, Paris: 1996 (edição original de Roma-Bari, 1994).

¹² *Vide* COMMISSION INTERNATIONALE D’HISTOIRE DES MOUVEMENTS SOCIAUX ET DES STRUCTURES SOCIALES, *Op. Cit.*

¹³ Cf. SPRINGHALL, John – *British Youth: an Historical and Sociological Balance Sheet*. In COMMISSION INTERNATIONALE D’HISTOIRE DES MOUVEMENTS SOCIAUX ET DES STRUCTURES SOCIALES - *Op. Cit.*, pp. 169-170. Esta primeira linha de aproximação ao universo juvenil foi rotulada pelo autor de “abordagem institucional”.

2. Estudos sobre a Juventude Portuguesa do Século XX

Até ao presente, o conhecimento acumulado pela historiografia contemporânea nacional é, no que respeita à juventude, tão limitado quanto disperso. Tal conhecimento é, também, produto directo e indissociável do percurso trilhado pela própria disciplina, condicionado pela variação de interesses dos investigadores da especialidade. Ao contrário da motivação que o período contemporâneo provocou nos historiadores do século XIX (como Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Teófilo Braga ou Sampaio Bruno), grandemente devida ao ambiente de activismo político (liberal, socialista e republicano) por aqueles protagonizado, a produção do século passado tardou na atenção ao seu próprio tempo. Esta, centrada até à década de sessenta do século XX nas épocas antiga, medieval e moderna (excepção feita a incursões como a de Jaime Cortesão), passou a partir de então a fixar-se no passado próximo, muito marcada durante as duas décadas seguintes por autores situados em oposição ou reacção ao Estado Novo ¹⁶. Nos anos oitenta e noventa, factores como a democratização e o crescimento da própria produção académica determinaram uma verdadeira explosão ¹⁷ de trabalhos sobre o período, nomeadamente sobre o Liberalismo, Republicanismo e Estado Novo, a par do alargamento e renovação do espectro de tendências historiográficas.

Quais as formas de enquadramento juvenil geradas pela sociedade portuguesa novecentista? Buscou-se resposta no estudo das esferas familiar, estatal (escolar e castrense), laboral e religiosa, as quais se revelaram verdadeiro oligopólio educativo nacional, secularmente constituído. A caracterização da juventude no Portugal dos séculos XIX e XX, época do desenvolvimento de uma nova sensibilidade ocidental para com a infância e juventude, foi involuntariamente iniciada por trabalhos historiográficos e sociológicos relativos ao sistema escolar e correntes de ensino, bem como a organizações políticas, estatais e religiosas (leia-se, católicas). Todavia, e tanto quanto nos foi possível inventariar, mantêm-se por inaugurar ou aprofundar as linhas de estudo relativas a várias estruturas e fenómenos, como o enquadramento militar não-profissional dos jovens e suas consequências; o estabelecimento de formas confessionais não-católicas de organização juvenil e a criação e actividade de associações de juventude no seio de colectividades (estudantis, mutualistas, desportivas, recreativas e de socorros).

¹⁴ De acordo com as obras supra referidas, os três primeiros tipos constituem a quase totalidade da produção desta área até ao presente.

¹⁵ Cf. SPRINGHALL, John – *Op. Cit.*, pp. 173-180. Segundo demonstração do

No respigar da produção das últimas duas décadas, foi possível identificar “sub-disciplinas” onde – por ordem decrescente – a juventude foi lateralmente abordada: a historiografia da educação; a historiografia política e das elites; a historiografia religiosa. A maioria destes trabalhos respeitam a provas académicas, e uma pequena parte encontra-se incluída em obras de síntese e em monografias. A sondagem da bibliografia subjacente a este artigo (e à homónima dissertação em preparação) testemunhou uma maior dívida para com os estudos de História da Educação, na sua maioria da autoria, direcção ou orientação de António Nóvoa, (não esquecendo os contributos menos recentes de Rui Grácio e Rómulo de Carvalho). Nesse âmbito foi possível contextualizar a dimensão pedagógica, circum-escolar e biográfica de muitos dos aspectos e personagens envolvidos no fenómeno juvenil a analisar – o escutismo. O estudo da História Política permitiu o acesso aos trabalhos dedicados às organizações de juventude estatais (Acção Escolar Vanguarda, Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina, por António Costa Pinto, Simon Kuin¹⁸ e Irene Pimentel, entre outros), possibilitando a detecção de pontos de tensão e contacto com as associações escutistas, bem como com quadro de poder estabelecido no período, regulador de toda a vida social. Por último, a importância da dimensão religiosa no escutismo levou à leitura do estudo especializado das fórmulas de enquadramento juvenil confessionais, com realce para as católicas (no âmbito da Acção Católica Portuguesa), sintetizadas em trabalhos da autoria de Paulo Fontes.

Apenas lográmos encontrar um único ensaio português sobre História da Juventude, da autoria de Rui Bebiano¹⁹. Este investigador-associado do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra produziu tal reflexão a propósito de um projecto de investigação encetado no referido centro, denominado “*Culturas Juvenis e Participação Cívica*”.

Para além da historiografia produzida no âmbito do mundo universitário, cabe mencionar, no contexto dos contributos para a caracterização da juventude portuguesa contemporânea, o potencial das fontes primárias e secundárias acumulado (e preservado) pelas instituições, organizações e

autor, o estudo das culturas e sub-culturas juvenis do pós-II Guerra Mundial permanece particularmente vigoroso no Reino Unido e Estados Unidos da América.

¹⁶ Cf. TORGAL, Luís Reis – História...da Ciência (ou Arte) à Memória. In A.A.V.V. – *História da História em Portugal. Sécs. XIX e XX*. Lisboa: 1996, p. 370.

¹⁷ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 380 e 385.

¹⁸ Cf. KUIN, Simon – A Mocidade Portuguesa nos Anos 30. In *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Nº 122 (1993) pp.

associações de juventude. Se muitos destes colectivos não possuíram uma orgânica vocacionada para a preservação arquivística, boa parte das estruturas e fenómenos sociais juvenis que abaixo elencamos produziram aquilo que podemos designar por crónicas, memórias ou trabalhos amadores, usualmente editados por ocasião da comemoração de datas fundacionais. Tal se verificou aquando da pesquisa e selecção de fontes acerca do escutismo, detendo tal base memorialística, para lá dos efectivos escolhos apontados por John Springhall ²⁰, informação relevante e remissão a outras fontes (usualmente mais precisas), como as legislativas. As fontes supracitadas determinaram, segundo a tipologia anteriormente proposta, uma abordagem historiográfica ao escutismo do primeiro tipo citado, ou seja, uma “abordagem institucional”.

3. As Faces do Escutismo

O escutismo possui uma compleição bifacial: comporta uma dimensão programática original, afim de uma corrente pedagógica específica, por um lado; e uma aplicação e institucionalização (de forma mais ou menos ortodoxa) em contextos culturais díspares, tornando-se o fenómeno juvenil com maior expressão planetária, por outro. Dada a orientação e abordagem historiográfica acima explicitadas, circunscreveu-se o presente trabalho ao estudo da aplicação e institucionalização do escutismo em Portugal, ou melhor, do instrumento educativo em acção. A primeira dimensão do escutismo foi, assim, apenas referida ao seu serviço. A existência de um conjunto de indícios relativos ao escutismo português percepcionáveis no momento presente, materializados na existência de instituições duráveis com expressão quantitativa e territorial relevantes, produtoras de discurso e prática documentadas, foram base essencial para este estudo. Não foi alheia, também, a familiaridade prévia, derivada da prática pessoal do escutismo ²¹, com os princípios pedagógicos, metodológicos e organizacionais desse fenómeno, vantagem e risco declarados num exercício científico que se pretende o mais objectivo possível.

Encetou-se, indispensavelmente, a sondagem de precedentes ao estudo do fenómeno, tanto a nível internacional quanto nacional. Foi

555--588. Neste artigo, o autor aflorou a relação entre as juventudes estatais e o escutismo.

¹⁹ Vide BEBIANO, Rui; A Juventude como Objecto da História. In ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA; Opinião [em linha]. Lisboa: Associação de

sobretudo através do contacto com a associação “1907”²², pólo coordenador de uma rede internacional de pesquisa sobre o escutismo e movimentos de juventude (maioritariamente no domínio da História, mas também da Sociologia e Eclesiologia) com sede em Paris, que pudémos verificar a produção universitária existente. Constatou-se que, até ao início de 2002²³, só em França (e, quase exclusivamente, sobre França), cerca de cento e cinquenta investigações foram feitas, sendo que, desde 1981, o seu número duplicou de cinco em cinco anos. Destas, a maioria diz respeito ao escutismo católico (61), sendo o escutismo francês de forma global (19) e o escutismo no feminino (14) sub-temas recorrentes. As restantes tratam, em número equilibrado, o escutismo protestante, judaico e laico, dedicando-se também aos ritos e literatura específica do movimento e às associações de jovens de outros territórios (como a Inglaterra, Suécia, Polónia, Guadalupe e Chile). Em número inferior, a federação escutista francesa e o escutismo islâmico foram também motivo de estudo. Para além desses trabalhos académicos, cerca de cinquenta monografias e artigos foram publicados naquele país. Dados recolhidos quanto à produção universitária espanhola indicam a existência de trinta trabalhos; a academia belga e italiana contam com uma vintena cada, seguidas da inglesa, canadiana e alemã²⁴.

Ponto de confluência entre todas essas linhas de investigação, um primeiro congresso universitário foi promovido em Chantilly, entre 4 e 6 de Novembro de 1993. Na sua esteira, a Universidade Paul Valéry (Montpellier III), entre 21 e 23 de Setembro de 2000, acolheu o primeiro colóquio internacional, intitulado *Un Siècle de Scoutisme en Europe*, congregando historiadores especialistas da área, e cujo conselho científico foi composto por individualidades como Marie-Thérèse Cheroute e Pascal Ory, da Universidade de Paris-I, Jean-Noël Luc, Universidade de Paris-IV e Jean Pirotte, da Universidade de Lovaina. A publicação e organização das suas actas²⁵, a cargo de Gérard Cholvy (em 2002), permanece como o mais

Professores de História (publicado em Julho de 2002) [citado em Fevereiro de 2004]. Disponível em URL: <http://www.aph.rcts.pt/opiniao>.

²⁰ Vide SPRINGHALL, John – *Op. Cit.*, p.169. O autor considera que a produção interna a tais instituições é de sensível manuseamento, por ser geralmente auto-justificativa, celebratória e “hagiográfica”.

²¹ Ocorrida no seio do Corpo Nacional de Escutas, de 1988 a 2002.

²² Cf. ASSOCIATION 1907. RÉSEAU DE RECHERCHES INTERDISCIPLINAIRES SUR LE SCOUTING ET LES MOUVEMENTS DE JEUNESSE. 1907 [em linha]. Paris: Association 1907 (revisto em 7 de Outubro de 2002) [citado em Fevereiro de 2004]. Disponível em URL: <http://www.home.nordnet.fr/~plefebvre/1907/>

²³ Vide *Idem*, *Ibidem*. *Travaux Universitaires Consacrés au Scoutisme*. Desse

recente ponto de situação da matéria. A dimensão internacional do fenómeno fica patente, num elenco de estudos italianos, franceses, belgas, espanhóis, israelitas, congoleses, canadianos e alemães.

A propósito do escutismo, foram em Portugal identificados três trabalhos académicos ²⁶, todos no âmbito das Ciências da Educação. Ao contrário do ocorrido a nível internacional, estes atentam exclusivamente na sua dimensão programática. Carla Mira (*et al.*), no seu trabalho final de licenciatura, levou a cabo uma reflexão relativa ao processo de sociabilização no escutismo, atentando no seu “sistema de patrulhas”. António José Santos desenvolveu uma síntese do potencial de relacionamento intergeracional do “jogo escutista”, materializando o seu projecto de licenciatura na formação de um agrupamento do Corpo Nacional de Escutas. José Carlos Novais Lima realizou, na sua dissertação de mestrado, a mais completa das três investigações, abordando globalmente a metodologia educativa (actual, reformulada em 1988) do Corpo Nacional de Escutas, realçando o papel do jogo na auto-educação do escuteiro. Por não se tratar de abordagens historiográficas, apenas aí foram reproduzidas as resenhas históricas veiculadas pelas próprias instituições do escutismo português. Para além dos anteriores trabalhos, apenas dois artigos de Paulo Fontes ²⁷, estes sim de natureza historiográfica, abrem caminho ao conhecimento do escutismo em Portugal. Perante tais precedentes, prevaleceu neste exercício o paradigma instituído pelos trabalhos dos historiadores franceses e ingleses ²⁸.

cômputo, 12 foram produzidos entre 1981 e 1985, 23 entre 1986 e 1990, 52 entre 1991 e 1996, e 36 entre 1997 e 2001.

²⁴ Cf. *Idem, Ibidem.*

²⁵ Cf. A.A.V.V. – *Le Scoutisme. Un Mouvement d'Éducation Au XXème Siècle: Dimensions Internationales*. Actes du Colloque International tenu à l'Université Paul Valéry. Dir. e Coord. de Gérard Cholvy. Montpellier: Publications Montpellier 3, 2002.

²⁶ Vide MIRA, Carla, *et al.* – *Os Grupos e a Socialização Escuteiros*. Setúbal: Trabalho Final de Licenciatura. Documento Policopiado. Acessível na Escola Superior de Educação de Setúbal, 1991; SANTOS, António José – *Relações Intergeracionais. Realização Pessoal, Sentido de Comunidade e Prevenção da Marginalidade*. Chaves: Projecto CESE em Educação de Adultos e Prevenção da Marginalidade. Documento Policopiado. Acessível na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e na Biblioteca Nacional de Lisboa; LIMA, José Carlos Novais – *A Importância do Jogo na Metodologia Escutista*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Documento Policopiado. Acessível na Universidade Católica Portuguesa e Biblioteca

4. Escutismo em Portugal

De forma sumária, foram averiguados os contornos actuais do escutismo português, com o objectivo de identificar o ponto inicial de introdução do instrumento educativo. São hoje seis as formas de prática escutista institucionalizadas: a Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP); o Corpo Nacional de Escutas (CNE); a Associação Guias de Portugal (AGP); a Associação das Guias e Escuteiros da Europa-Portugal (AGEEP); o Clube de Desbravadores (CD); e os *Royal Rangers*-Portugal (RR). Dentre estas, as primeiras três são reconhecidas pelas organizações internacionais reguladoras²⁹ do escutismo, a seguinte reclama-se independente destas, e as duas restantes apenas afirmam inspiração ou afinidade com o método criado por Robert Baden-Powell. Verificou-se também que a AEP, CNE e AGP (bem como a entretanto extinta União dos Adueros de Portugal) foram as instituições matriciais do escutismo em Portugal, respectivamente com noventa, oitenta e setenta e sete anos já celebrados.

O escutismo tem sido praticado em território português, sem interrupção, desde 1911 até à actualidade. Tal fenómeno desenvolveu-se, propomos, em três tempos: o de implantação, entre 1911 e 1942; o de enraizamento, entre 1942 e 1970; e o de consolidação, entre 1970 e o momento presente. O faseamento sugerido encontra-se estreitamente ligado ao condicionamento estatal desde muito cedo exercido sobre as associações existentes. O primeiro período decorre desde a primeira experiência de *boy scouting*, desenvolvida informalmente por Álvaro de Melo Machado, em Macau, em 1911, até à dissolução ou submissão das instituições praticantes à tutela do Estado, mais precisamente da Organização Nacional Mocidade Portuguesa, (expressa no Decreto-Lei nº 31908 de 9 de Março de 1942), caracterizando-se pela introdução e adaptação do método escutista à realidade nacional. A segunda fase foi a do difícil e lento desenvolvimento do escutismo na dependência da organização estatal de juventude, cuja frequência obrigatória foi, entre 1966 e 1970 (com as reformas dos Ministros da Educação Galvão Teles e Veiga Simão), substituída pela participação opcional no escutismo, primeiro, e pela frequência voluntária, depois, até à extinção da organização, ocorrida em 1974. Apesar do condicionamento

Nacional de Lisboa, 2000.

²⁹ Vide FONTES, Paulo F. de Oliveira – As Organizações de Juventude e o Movimento Católico no Século XX em Portugal. In *História*. 31 (Março 1997) pp. 15-29; *Idem* – Escutismo. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira de Azevedo. Vol. 2: C-I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 168-172.

derivado da drástica diminuição de dirigentes escuteiros, no contexto de mobilização militar para o combate nas possessões coloniais, foi nesta etapa que o guidismo foi reactivado (1954) e a prática escutista se enraizou em todo o território. O último momento, iniciado em 1970, corresponde a um período de democratização das estruturas directivas das instituições escutistas, de implementação de princípios co-educativos na AEP e CNE, e do aumento exponencial do efectivo em todas as associações existentes, em particular no CNE.

Descoberta a multiplicidade de instituições existentes e a extensão temporal do fenómeno, optou-se pelo tratamento global da sua fase inicial. A análise que se segue coincide com a da dissertação em elaboração já referida, e como esta respeita apenas ao período compreendido entre 1911 e 1942, de efectiva introdução do escutismo em Portugal. A esta pertencem apenas a AEP, CNE, AGP e UAP.

5. Um Outro Escutismo Português

Fora desse espectro de análise ficaram a AGEEP, o CD e os RR, por corresponderem a desenvolvimentos bastante mais recentes. Ainda assim – a título de registo sumário e como pista para novos trabalhos – considerámos relevante aqui fazer a sua apresentação. Fundada em 1979, a AGEEP tornou-se uma das associações pertencentes à *Union Internationale des Guides et Scouts d'Europe* (anteriormente designada *Fédération de Scouts d'Europe*), ou UIGSE, nascida do encontro de elementos regionalistas, pacifistas e católicos conservadores, sob a bandeira comum do pró-europeísmo. A UIGSE compôs-se dos *Scouts de Bleimor*, bretões fixados em Paris, organizados em 1945, e dos austríacos e alemães organizados, em 1952, sob a designação de *Europa-Scouts*, aos quais se associaram, no início de 1963, dissidentes da linha de renovação interna envidada pelos *Scouts de France* (escutismo católico francês) ocorrida no período posterior ao Concílio Vaticano II ³⁰. Não existem quaisquer dados quantitativos que permitam avaliar a expressão da associação portuguesa, cuja sede nacional foi, até 2001, em Moimenta da Beira ³¹. Esta define-se como difusora dos valores tradicionais definidos por Robert Baden-Powell, segundo

²⁸ Tais como os de COMTE, Bernard – *Les Mouvements Scouts en France au Temps des Engagements Civiques (1940-1944)*. In A.A.V.V. - *Op. Cit.*, pp.181-204; ou SPRINGHALL, John – *Op. Cit.*, pp. 169-182.

²⁹ Cf. WORLD ORGANIZATION OF THE SCOUTING MOVEMENT – WOSM [em

a orientação católica imprimida pelo sacerdote francês Jacques Sevin. São valorizados três aspectos fundamentais neste escutismo: a prática dos valores cristãos segundo os preceitos da Igreja Católica; a separação efectiva, em actividades, do sector guidista (feminino) do sector escutista (masculino); a fidelidade a um ideário europeísta, materializado na organização de múltiplas actividades de intercâmbio e reunião.

Numa versão heterodoxa do escutismo, o CD surgiu como fórmula espiritual e recreativa juvenil, criada no seio da Igreja Adventista do Sétimo Dia ³² (IASD), denominação cristã reformada. Após o surgimento das primeiras sociedades para jovens no interior desta igreja, respectivamente no Michigan, em 1879, e no Wisconsin, em 1881, foi reorganizada a actividade juvenil pela sua estrutura central, na forma de escola sabatina, em 1901. Um Departamento de Jovens foi aprovado em 1907 pelo Conselho da sua Conferência Geral, e criado novo enquadramento, designado *Young People's Society of Missionary Volunteers*. No seio desta sociedade, conhecida por MV, foram elaboradas classes progressivas e preparado um corpo dirigente juvenil específico. No pós-Grande Guerra, no âmbito do desenvolvimento do programa júnior, o conjunto de actividades desta denominação foi claramente influenciado pelo escutismo, em franca expansão mundial, e particularmente nos Estados Unidos da América, palco fundador do adventismo. Tal facto derivou da incompatibilidade entre o desejo de participação dos jovens crentes no tipo de actividades proporcionadas pelo escutismo e a particularidade dos seus preceitos religiosos. A observância do sábado, o vegetarianismo, a cadência diária de orações ou a restrição a certas formas de entretenimento, determinou a criação de grupos adventistas com actividades adaptadas e em tudo similares ao método escutista. Foram formulados os primeiros *Pathfinders Clubs* na década de vinte, na Califórnia, sendo, em 1928, obtida pelo Departamento dos Jovens da Conferência Geral autorização da entidade escutista internacional para o uso da sua metodologia e materiais didácticos. O primeiro CD permanente foi organizado também na Califórnia, em 1937. Em 1949, os desbravadores adventistas foram convidados a integrar os *Boy Scouts of America*, federação nacional do escutismo, mas tal proposta foi declinada em favor da conservação da prática singular do CD, destinada a jovens de ambos os sexos e alargada a todas as Igrejas e missões da IASD, a partir do ano seguinte. Presente em Portugal desde 1904, a IASD desenvolveu,

linha]. Genève: (revisto em Fevereiro de 2004) [citado em Fevereiro de 2004]. Disponível em URL: <http://www.scout.org>; WORLD ASSOCIATION OF GIRL GUIDES

desde 1925, de forma ininterrupta, a sua actividade junto dos jovens cren-tes nacionais. Existe, contudo, uma primeira notícia respeitante ao movi-mento juvenil adventista português, com data de 1908³³. Usadas as classes progressivas da MV, apenas desde Novembro de 1970 o CD se tornou fór-mula de dinamização aplicada aos jovens adventistas portugueses. O pri-meiro grupo foi fundado na Igreja Central de Lisboa, seguido de outros em Oliveira do Douro (1975), Avintes (1976), Canelas (1976), Funchal (1977) e Amadora (1978). Não foi possível apurar, tal como no caso da AGEEP, o número actual de jovens desbravadores portugueses.

Por último, surgiram nos Estado Unidos da América, em Outubro de 1962, os RR³⁴. Num processo em tudo semelhante ao anteriormente des-crito, John Barnes fundou em Springfield, Missouri, por determinação do Corpo Executivo das Assembleias de Deus, uma versão do escutismo adap-tada às intenções formativas de denominação evangélica. Os RR definem-se como ministério juvenil de serviço religioso, com inspiração no método de Baden-Powell, visando a formação integral do jovem do sexo mascu-lino. Em Portugal, e após contactos com o Coordenador Evangélico dos *Royal Rangers* para a Região da Eurásia (Hanspeter Neck), Manuel Silva fundou o Posto nº 1 português, a 21 de Março de 1993. Tal posto tem sede na localidade do Livramento (freguesia da Azueira, concelho de Mafra), não tendo sido possível apurar o número exacto de elementos efectivos.

6. De Scouting a Escutismo

Por razões de operacionalidade discursiva, optou-se por aludir às dife-rentes associações escutistas fundadoras através de terminologia coeva, usando os vocábulos *aduarismo*, *escotismo*, *escutismo* e *guidismo* (expres-sões derivadas de *adueiro*, *escoteiro*, *escuta* e *guia*); considerou-se que, por metonímia, melhor se distinguem as diferentes agremiações identifi-cadas. Todavia, e em sentido inverso, perante a necessidade de nomear, de

AND GIRL SCOUTS – WAGGGS [em linha]. Londres: (revisto em Fevereiro de 2004) [citado em Fevereiro de 2004]. Disponível em URL: <http://www.wagggsword.org>

³⁰ Vide CHRISTIEN, Lionel – D'une Certaine Europe à là Chrétienité. L'Idée d'Eu-rope chez les Guides et Scouts d'Europe. 1945-1977. In A.A.V.V. - *Op. Cit.*, pp. 369-386.

³¹ Cf. *Alvorada. Boletim Informativo da Associação de Guias e Escuteiros da Europa*. Dir. Francisco Cardia. Moimenta da Beira: AGEEP, 1979 - .

³² Cf. FERREIRA, Ernesto – Os Desbravadores. Alguns Factos Relacionados com a sua História. In *Revista Adventista*. Lisboa: s.n. Nº 670 (Março de 2003) pp. 30-31.

³³ Vide KRUM, Nathaniel – *The MV Story*. Washington DC: Review and Herald

forma global, ao fenómeno resultante da aplicação do *scouting* em Portugal, constatou-se que, à época, nenhum vocábulo em língua nacional traduzia tal conceito de forma pacífica. Procurou-se, por isso, nas raízes e mutações etimológicas do jargão da especialidade – ilustrativas do próprio processo de criação e expansão inicial do método – resposta a tal problema.

Em complemento à sua carreira militar, Robert Stephenson Smith Baden-Powell foi correspondente em viagem de vários títulos da imprensa britânica, publicou obras relativas a caça desportiva e a episódios de combate, e elaborou programas de instrução militar no âmbito do reconhecimento e exploração do território ³⁵. A exploração, ou *scouting*, a partir da divulgação feita nas suas palestras e opúsculos, sobretudo através de *Aids to Scouting* (1899), extravasou o âmbito de competência militar, cativando jovens estudantes e adultos britânicos de vários quadrantes sociais e geográficos. Entre 1900 e 1908 Robert Baden-Powell concebeu um método auto-educativo na forma de jogo para rapazes, daí em diante conhecidos por *boy scouts*. A pressão social para a adaptação específica do método ao género feminino levou Baden-Powell a conceber e publicar, no ano de 1909, um esquema dedicado às raparigas, a partir de então designadas *girl guides*. A referência ao movimento internacional e ao método utilizado foi daí em diante feita através da expressão *scouting*.

Tomando apenas por amostra uma parte da Europa Ocidental, o contraste entre a adaptação das duas designações não podia ser maior. *Girl guide* foi, de forma consensual e literal, traduzido para todas linguas germânicas e latinas, incluindo a portuguesa – passou, neste caso, de *girl guide* a *guia*. Já o termo *boy scout* (e, por derivação, o termo *scouting*) conheceu diferentes versões nacionais, desde a importação directa do anglicismo à tradução idiomática do mesmo. A título de exemplo, em Espanha, *boy scout* foi traduzido por *esculta*, *explorador*, *minyon* e *scout* ³⁶; em Itália por *scout*, *scaut*, *esploratore* ³⁷; em França, por *scout* e *éclaireur* ³⁸.

Em Portugal, a primeira associação criada, a AEP, nascida em 1913, promoveu consulta pública prévia, n' *O Século* (entre Agosto e Outubro de

Publishing Association, 1963, pp. 236-238.

³⁴ Vide ROYAL RANGERS – Royal Rangers [em linha]. Springfield: (revisto em Fevereiro de 2004) [citado em Fevereiro de 2004]. Disponível em URL: <http://www.royalrangers.net>; ROYAL RANGERS PORTUGAL – Royal Rangers [em linha]. Mafra: (revisto em Fevereiro de 2004) [citado em Fevereiro de 2004]. Disponível em URL: <http://www.royalrangers.pt>; SILVA, Manuel – Re: Informação sobre os RR. In royalrangers.pt [em linha] Mafra: royalrangers, 3 de Outubro de 2003 (citado em Fevereiro de 2004). Disponível em URL: manuel.silva@royalrangers.pt

1912), para a escolha da mais indicada versão lusa de *boy scout* e *scouting*, usados literalmente aquando das experiências iniciais decorridas entre 1911 e 1912. Vingaram os vocábulos *escoteiro* e *escotismo*, tanto pela aproximação fonética às expressões inglesas originais quanto pelo seu valor em português. A significação contida em *Escoteiro*, aquele que viaja sem bagagem, pagando por escote, servia bem o propósito e princípios subjacentes ao método, no qual se acentua o espírito de sacrifício e desprendimento em favor de Deus e da Pátria, em várias ocasiões definido pelo próprio Robert Baden-Powell como uma cavalaria dos tempos modernos. Apesar de usado até à actualidade, tal sentido associado ao termo *Escotismo* ficou circunscrito ao uso pelos seus praticantes; este não conseguiu impôr-se como significado alternativo ou suplementar ao já estabelecido, o de sinónimo da doutrina e escola de pensamento inspiradas em Santo Agostinho e criadas por João Duns Escoto (1265-1308), filósofo e teólogo escocês.

Inspirado na valência específica de preparação pré-militar contida no programa de Robert Baden-Powell, Artur Barros Basto, fundador da UAP, extraíu da antiga terminologia castrense portuguesa as palavras *adueiro* e *adaíl*, de raiz etimológica árabe, fazendo-as corresponder a *boy scout*, o rapaz, e *scout master*, o dirigente. A dissemelhança entre esta terminologia e a cunhada pela AEP derivou da necessidade de diferenciação do *aduarismo*, cuja fundação ocorreu apenas um ano depois da AEP, bem como do propositado acentuar da originalidade e tónica nacionalista da UAP.

Após as primeiras tentativas de organização sob a forma de Corpo de *Scouts* Católicos Portugueses (1923) e Liga Portuguesa de *Scouts* (1924), o Corpo Nacional de *Scouts* (CNS), oficializado em 1925, seguiu o exemplo do escutismo católico francês e italiano, adoptando literalmente os termos ingleses *scout* (elidindo *boy*, somente utilizado e relevante em língua inglesa, para distinguir o batedor ou explorador do exército do rapaz praticante do método de Robert Baden-Powell) e *scouting*. Ao fim de vários anos de debate interno promovido pela *A Flor de Lis*, órgão oficial do CNS, da utilização informal dos anglicismos referidos e, por vezes, da própria terminologia da AEP³⁵, foi em 1934 decidida a naturalização do termo *scout*. A oficialização ocorreu aquando da reformulação do regulamento geral da associação, também ela rebaptizada. Foi feita a lusificação fonética

³⁵ Cf. JEAL, Tim – *Baden-Powell: Founder of the Boy Scouts*. London: Yale University Press, 2001, pp. 143-148; pp. 200-204.

³⁶ Vide CRUZ OROZCO, Jose Ignacio – Entre la Clandestinidad y la Legalidad: El Escultismo Español. In A.A.V.V. - *Op. Cit.*, pp. 249-263.

literal das expressões inglesas, e forjadas as palavras *escuta* (cuja afinidade com a significação da divisa, “*Alerta*”, a tornou relativamente consensual) e *escutismo*, e transformado o CNS em Corpo Nacional de Escutas (CNE).

Nos anos seguintes os termos *escutismo* e – curiosa fusão das expressões usadas pelas duas associações mais representadas no país (a AEP e o CNE) – *escuteiro* consagraram-se no discurso social generalizado e na produção de referência da língua portuguesa (dicionários, vocabulários e enciclopédias). O mesmo mas não sucedeu com o jargão restrito às próprias associações ⁴⁰, o qual permaneceu imutável até ao presente.

No contexto semântico da terminologia inventariada, optou-se pelos últimos vocábulos referidos, os quais se nos afiguraram os mais adequados para a tradução desejada de *boy scout* e *scouting*. *Escuteiro* e *escutismo* transportam não apenas sentido referente a um fenómeno histórico especificamente nacional, como também um significado associável à globalidade das experiências ocorridas.

7. O “Esquema” de Baden-Powell

Quatro anos decorreram entre a simbólica data de nascimento do escutismo, fixada nas suas crónicas fundacionais, e o primeiro ensaio de que há registo em território português. Robert Baden-Powell (1857-1941) foi, na sociedade britânica da década eduardiana, figura de indubitável destaque: a sua acção em serviço militar, sobretudo aquando do cerco de Mafeking (Outubro de 1899 – Maio de 1900), durante a Guerra dos Boers, valeu-lhe notoriedade em todo o espaço imperial; a invenção do escutismo, por ele próprio assinalada a partir do acampamento-teste do método, ocorrido na ilha de Brownsea (Baía de Poole, Dorset, Julho de 1907), conferiu-lhe reconhecimento a uma escala ainda maior. O seu “esquema” ⁴¹ possuía grandes afinidades com os princípios da Educação Nova e pedagogias activas

³⁷ Vide, PIERI, Francesco – *Scoutisme et Saint-Siège: Lignes d’Interpretation*. In A.A.V.V. – *Op. Cit.*, pp. 13-26.

³⁸ Vide PALLUAU, Nicolas – *Un Interdit Religieux dans le Scoutisme? ...* In A.A.V.V. – *Op. Cit.*, pp. 123-142.

³⁹ *Passim*, *A Flor de Lis*. Dir. António Avelino Gonçalves. Anos 1 (Fevereiro de 1925) a 5 (Fevereiro de 1930). Braga: Corpo Nacional de *Scouts*, 1925-1930. A leitura dos primeiros cinco anos do órgão oficial do CNS, com maior incidência nos primeiros três, testemunha o frequente uso da expressão *escoteiro* e *escotismo*, a par do uso de *scout* e *scouting*.

⁴⁰ Cf. CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – Corpo Nacional de Escutas [em linha].

propugnados por Claparède, Freinet e Maria de Montessori. Num ambiente propício ⁴² ao desenvolvimento de métodos educativos de promoção da saúde física, cívica e moral, Baden-Powell concebeu inicialmente o escutismo como um jogo de *self-government* para rapazes adolescentes. Apresentou-o num manual simples, intitulado *Scouting for Boys*, organizado em 28 palestras e dez capítulos (editado em fascículos, entre Janeiro e Maio de 1908, e a partir de então publicado na forma de livro).

Em que consiste, então, esse “esquema”? O escutismo assenta na fidelidade à Lei e Promessa, a sua fundação moral, e está estruturado com base em dois instrumentos essenciais: o sistema de patrulhas e o sistema de progresso. No referido manual, Baden-Powell prescrevia aos rapazes a formação de *patrulhas* (*patrols*), colectivos de cinco rapazes (em 1909 aumentou este número para seis ou sete ⁴³) que elegiam entre si um *guia* (*patrol leader*); reunidas formariam *grupos* (*troops*), coordenadas por um adulto responsável, o *chefe* (*scoutmaster* ou *scouter*). Através de actividades organizadas no seio de cada patrulha e disputadas nas unidades ou entre unidades, cada escuteiro seria responsável pela própria aprendizagem e progresso (marcado por etapas estabelecidas no manual, com dificuldade crescente), testada em variadas provas de emulação com os seus pares. Uma vez superadas, estas eram assinaladas por insígnias apostas no uniforme, forma de identificação e nivelamento social do escuteiro. A aprendizagem de técnicas de sobrevivência, rastreio, orientação, pioneirismo, patriotismo e desporto, em meio selvagem (o da natureza) e civilizado (o da grande urbe), visava o aperfeiçoamento de cada rapaz rumo a um arquétipo de cavaleiro cristão moderno.

8. Primeiros Passos: 1911-1913

O primeiro ensaio de escutismo em território português ocorreu no momento em que se operava a organização e institucionalização da prática a nível internacional. No dizer do próprio Baden-Powell, a inexistência de

Lisboa: (revisto em Fevereiro de 2004) [citado em Fevereiro de 2004]. Disponível em URL: <http://www.cne-escutismo.pt>; ASSOCIAÇÃO DOS ESCOTEIROS DE PORTUGAL - Associação dos Escoteiros de Portugal [em linha]. Lisboa: (revisto em Fevereiro de 2004) [citado em Fevereiro de 2004]. Disponível em URL: <http://www.aep.pt> Ambas as associações fazem questão de, nas páginas citadas, explicitar as diferenças entre respectivas naturezas e fins através da dicotomia *escoteiro/escuteiro*, aludindo também, ainda que de forma vaga, ao processo histórico de definição dos termos.

um secretariado ou conselho central de apoio ao movimento, em franca expansão no Império Britânico e também noutros países da América e Europa, havia tornado os primeiros dois anos da experiência verdadeiramente caóticos ⁴⁴; milhares de jovens aderiam ao escutismo ⁴⁵.

Nomeado Governador de Macau em 17 de Dezembro de 1910, Álvaro de Melo Machado foi responsável pela primeira experiência portuguesa de que há registo, nesse mesmo território. Este militar de carreira relatou ao órgão oficial da AEP ⁴⁶, aquando do primeiro jubileu da associação, o curso dos acontecimentos: contactou com o escutismo através de um professor que então lhe ministrava algumas aulas de conversação básica em inglês, Mr. Nightingale, que lhe terá dado a conhecer o método. Decidiu pô-lo em prática em 1911 com a ajuda desse mesmo docente, de Ms. Campbell, filha de um comissário das alfândegas de Hong Kong, e de um tenente de infantaria português, Ernesto Torre do Vale. “*Scouts em Macau*” constitui o mais antigo testemunho documental de uma experiência escutista em território português. Relata os trabalhos de campo de um grupo de *boy scouts* e *girl scouts*, por “*iniciativa de alto valor*” ⁴⁷ do governador local. A reportagem fotográfica apresenta jovens fardados praticando provas de socorrismo, sinalagem e observação, divididos por três patrulhas masculinas e duas femininas, num total de 22 a 25 elementos.

Três meses antes da chegada de Melo Machado a Lisboa, após a cessação de funções como governador em 14 de Julho de 1912, havia-se formado no seio da Associação Cristã da Mocidade (ACM) da capital o primeiro grupo de escoteiros em território metropolitano. Roberto Moreton, ministro protestante, filho do primeiro missionário metodista em Portugal, Robert Hawkey Moreton (um dos grandes impulsionadores da denominação no país) foi o responsável pelo acolhimento da iniciativa. Nascido no Porto, Roberto Moreton assistiu muito jovem à criação, por seu pai, da União Cristã da Mocidade (mais tarde rebaptizada Associação Cristã da

⁴¹ Cf. JEAL, Tim – *Op. Cit.*, pp. 383-385. Assim designou Robert Baden-Powell, nos anos iniciais, o método de *scouting* adaptado a jovens.

⁴² Cf. *Idem, Ibidem*, p. 382-383. As comparações entre a decadência do Império Romano e o Império Britânico eram, nos primeiros anos do século XX, lugar-comum. O discurso político – veja-se George Wyndham – e educativo da época lamentava a decadência dos costumes, o hedonismo, a falta de sentido cívico. As experiências para-escolares orientadas à *edificação* e preparação das novas gerações para defesa do regime colonial britânico, como a YMCA e a *Boy's Brigade*, haviam já sido, antes do escutismo, socialmente bem acolhidas.

⁴³ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 396.

Mocidade, ou ACM), em 1894. Esta associação abriu uma outra delegação em 1898, em Lisboa, sendo ambas congêneres das *Young Men Christian Associations* (YMCA's) disseminadas pelo mundo, criadas numa lógica interdenominacional (aberta a todas as congregações protestantes), e especializando-se na dinamização de actividades dirigidas a jovens (como o pingue-pongue e o basquetebol ou actividades culturais de popularização do esperanto e de visitas a locais de interesse histórico).

Em 1912 presidia o pastor Moreton à ACM de Lisboa, tendo sido responsável, com o Secretário-Geral da associação, Rodolfo Horner, pelo acolhimento do projecto proposto por um jovem *boy scout* britânico, Eric Franklin Giles. A nacionalidade britânica e a precocidade do seu falecimento mantêm na relativa obscuridade a biografia de Frank Giles ⁴⁸. Chegado do Transvaal entre 1910 e 1911, este jovem instalou-se na Rua Marquês da Fronteira, em casa de seu tio, o Engenheiro Giles, alto funcionário da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa. A proposta feita à ACM da capital, no final do Inverno de 1912, foi favoravelmente acolhida e dinamizada por Roberto Moreton e Eduardo Moreira, tendo a fundação do grupo sido de então até ao presente comemorada no dia 9 de Abril. A sua proposta à ACM local deu origem a um processo análogo aos ocorridos em outras YMCA's, promotoras da implantação do escutismo em vários pontos do globo, sobretudo no espaço anglo-saxónico ⁴⁹. Giles faleceu em França, em 1918, na Batalha de La Lys, coincidência ou razão da comemoração do aniversário do grupo.

Ainda em 1912, Álvaro de Melo Machado fundou na capital novo grupo de *boy scouts*, que simbolicamente apresentou a 1 de Dezembro de 1912, numa recepção na loja maçónica *Madrugada*. Este grupo estava anexo à Sociedade de Instrução Militar Preparatória N° 2, e teve como dirigentes Alfredo Barbieri, João Nolasco e Henrique Moura ⁵⁰. Em mês indeterminado de 1912 foi promovido no Liceu Pedro Nunes, pelo reitor António Sá Oliveira, mais um grupo de *boy scouts*, o futuro N° 3. A necessidade de

⁴⁴ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 397.

⁴⁵ Cf. *Idem, Ibidem*. p. 488. Entre 1908 e 1914 o escutismo implantou-se no Império Britânico, Escandinávia, França, Alemanha, Áustria, Holanda, Polónia, Portugal, Rússia, Suíça, Itália e Grécia. Em 1918, só nos Estados Unidos da América, estavam registados 300 000 escuteiros.

⁴⁶ Vide A Propósito do Jubileu. In *Escotismo*. Dir. de Ruy Santos. Lisboa: Associação dos Escoteiros de Portugal. 4ª Série. Ano 5. N° 9-10 (Fevereiro 1937) p. 3.

⁴⁷ Vide Scouts em Macau. In *Ilustração Portuguesa. Revista Semanal dos Acontecimentos da Vida Portuguesa*. [Microfilme]. Dir. J. J. da Silva Graça. 2ª Série.

uma união de esforços terá originado a constituição de uma federação das agremiações originais, por forma a construir uma expressão concertada do escutismo, credível e apelativa aos olhos do público e das autoridades políticas portuguesas, bem como do movimento internacional. Assim nasceu a Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP)⁵¹, precedida de trabalhos de informação, discussão e propaganda do método⁵².

9. O Escotismo

Em Setembro de 1913 foi nomeado presidente da recém-nascida associação António Sá Oliveira; Eduardo Moreira ocupou o lugar de Secretário e Melo Machado o de Escoteiro-Chefe Geral. Sá Oliveira dirigiu ainda a série inicial d'*O Escoteiro* (1915-1918), primeiro órgão de difusão da AEP e primeiro periódico português dedicado ao escutismo. Óbvio motivo da eleição de Sá Oliveira foi o seu indiscutível currículo pedagógico e prestígio social, bem como a promoção, no Liceu Pedro Nunes, de inúmeras actividades de *self-government* e associativismo juvenil, e da implementação de metodologias de ensino activo, pioneiras à escala nacional⁵³.

A formação de cidadãos foi, desde a implantação do regime republicano, um aspecto fundamental, coincidindo essa fase com um dos períodos de mais larga difusão do movimento *Escola Nova*⁵⁴. À AEP prestaram várias colaborações João de Barros, Álvaro Viana de Lemos, Faria de

12º Vol. Lisboa: Empresa do Jornal *O Século* (19 de Agosto 1912) pp. 235-237.

⁴⁸ Vide Vultos do Escotismo. Frank Giles. In *O Escoteiro*. Ed. Fausto Salazar Leite. Lisboa: Associação dos Escoteiros de Portugal. IV Série. Nº 13 (Abril 1928) p. 6.

⁴⁹ Cf. JEAL, Tim – *Op. Cit.*, p. 488. Jeal descreve o processo de implantação do escutismo nos EUA, tomado em mãos por dois dirigentes da YMCA, Edgar M. Robinson e William D. Boyce.

⁵⁰ Vide OLIVEIRA, António J. Sá, – Sempre Pronto. In *Escotismo. Órgão de Propaganda, Informação e Educação dos Escoteiros de Portugal*. Comissão Redactora e Administradora: F. Cansado Gonçalves, Carlos Centeno, Henrique de Barros. Ano III. Lisboa: s.n. (Janeiro 1930) p. 2.

⁵¹ *Passim* RIBEIRO [DA ROSA], Eduardo – *História dos Escoteiros de Portugal*. Cap. 1. Lisboa: Aliança Nacional das ACM de Portugal, 1982.

⁵² Vide PINTASSILGO, Joaquim – *República e Formação de Cidadãos. Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1998, pp. 217-218. O autor refere, por exemplo, o ciclo de conferências ocorridas entre Janeiro e Abril de 1913 no seio da Sociedade de Estudos Pedagógicos. Na primeira sessão, a 8 de Janeiro, foi apresentada comunicação de Sá Oliveira. Refere também, no seio

Vasconcelos e Sá Oliveira, sob a forma de artigos nos seus periódicos; João de Barros confiou ao Grupo N° 11, sediado no Liceu Luís de Camões a partir de 1915, dois dos seus três filhos, Henrique e Paulo de Barros.

No fim dos primeiros cinco anos de vida da associação, os resultados desapontavam ainda Melo Machado: «*cinco anos, trezentos escuteiros – um resultado mínimo (...)*»⁵⁵. Oferecia como explicação para uma produção «*menos que modesta, quasi desanimadora*» a «*falta de dinheiro*»⁵⁶, apelando à contribuição de beneméritos. Entre outros factores, o crescimento da AEP foi condicionado pela participação dos primeiros escoteiros em situações excepcionais na vida da capital⁵⁷, noticiadas recorrentemente pel'*O Século*, entre 1914 e 1918. Essa intervenção, muitas vezes efectuada em situações de perigo físico – que ficou para a crónica oficial da AEP como o “tempo heróico” do escotismo – terá contribuído para a resistência social na adesão ao fenómeno. Eram os escoteiros um grupo de auto-educação ou um corpo de socorro? A percepção do poder político parecia ser a última⁵⁸, suportada pela disponibilização dos grupos à requisição governamental para diversas tarefas, como a substituição de funcionários públicos em greve e prestação de cuidados de enfermagem. Logrou-se a oficialização da AEP, pelo Decreto N° 3120-B, de Maio de 1917. Para a sua legalização, a colaboração de Eduardo Alberto Lima Basto foi fundamental; o então Ministro do Comércio favoreceu e assinou o decreto-fundador da AEP, sendo já nessa data os seus filhos Alberto, Eduardo e

da mesma sociedade, conferência sobre o tema ocorrida em Julho de 1915, por Braga Paixão, então professor no Liceu Pedro Nunes e futuro representante do governo na Organização Escotista de Portugal, fundada em 1932. Vide OLIVEIRA, António J. Sá – Sempre Pronto. In *Escotismo. Órgão de Propaganda, Informação e Educação dos Escoteiros de Portugal*. Dir. Ano III. Lisboa: Associação dos Escoteiros de Portugal (Janeiro 1930) p. 2. Aqui se refere ter o publicista José Pontes feito n' *O Século* propaganda do escotismo e defesa das mais imediatas acusações ao empreendimento: “*protestantismo, neo-paganismo e causa política* [republicanismo?]”.

⁵³ Vide Oliveira, António Joaquim Sá. In AAVV. Dir. António Nóvoa – *Dicionário de Educadores Portugueses*. Lisboa: Edições Asa, 2003, pp.999-1003.

⁵⁴ Vide PINTASSILGO, Joaquim – *Op. Cit.*, p. 217.

⁵⁵ *Apud* RIBEIRO [DAROSA], Eduardo – *Op. Cit.*, p. 33.

⁵⁶ *Vide O Escoteiro. Órgão Oficial da Associação dos Escoteiros de Portugal*. Dir. António J. Sá Oliveira. I Série. Lisboa: Associação dos Escoteiros de Portugal, N° 12 (Julho 1917) p. 2.

⁵⁷ *Apud* RIBEIRO [DAROSA], Eduardo – Os Anos Heróicos do Escotismo. In *Op. Cit.* O autor relata, a partir de notícias d' *O Século* a participação de jovens escoteiros, em Lisboa, no socorro a feridos durante as convulsões políticas de 1915, o seu trabalho durante a greve de correios (1917) e dos “almeidas” (1918), e o apoio logístico pres-

Edmundo escoteiros da associação.

A AEP manteve-se numa situação de total exclusividade legal até 1919, data em que a União dos Adueros de Portugal, criada em 1914, foi reconhecida. Cada grupo tinha divisões que congregavam até cinco patrulhas, compostas por seis a nove rapazes. A sua progressão iniciava-se na fase de aspirantado e, após compromisso de honra, podia um jovem ser escoteiro de 3^a, 2^a ou 1^a classe, tendo como etapa de excelência última a categoria de Escoteiro da Pátria. Apesar se terem legalizado no país, entre 1919 e 1925, duas novas associações, facto inevitavelmente concorrencial, a década de vinte foi marcada por interessantes experiências escotistas. Em 1920 ⁵⁹ e 1924 foi promovida a participação portuguesa no primeiro e segundo *Jamborees*; em 1922 foi criado o primeiro Campo-Escola de chefes da AEP, que teve lugar na Escola Normal de Benfica; o 1^o Congresso de *Scouting* efectuou-se em 1925, presidido por João de Barros, nos Paços do Concelho lisboeta. Com regozijo foi anunciado ⁶⁰ o resultado do censo de 1925: em 1 de Abril havia 1159 escoteiros, o maior número desde a fundação.

A propósito de uma possível fusão de todas as associações de escuteiros, hipótese considerada no início das conversações para a Federação Escutista de Portugal (FEP), entre 1927 e 1928, abriu-se a primeira dissensão entre elementos da “primeira geração” de escoteiros e a Comissão Administrativa dirigida por Tovar de Lemos. A base de toda a conflitualidade vivida nesses anos, concluímos, assentou na clivagem entre duas posturas ou perspectivas existentes no quadro de dirigentes da associação, sendo uma mais “profissional”, oposta a outra mais “honorária”. A primeira geração de *boy scouts* (Henrique de Barros, Fausto Salazar Leite e Dinis Curson, bem como com Mário Silva Jacquet, Francisco Castro Caldas, José Maria Galvão Teles e Eduardo Lima Basto, entre outros), escoteiros de carreira que em 1928 tinham sete, oito, dez, ou quinze anos de caminhada na AEP, encontrando-se em funções directivas como Comissários na Zona de Lisboa e na Comissão Administrativa da Direcção Central, prezava acima

tado ao Governo no 15 de Outubro de 1921.

⁵⁸ Vide *Diário da Câmara dos Deputados*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, Acta Nº 45 (16 de Agosto de 1915) p. 31; Acta Nº 21 (14 de Janeiro de 1916), pp. 11-12; Acta Nº 25 (1 de Fevereiro de 1917); Acta Nº 102 (19 de Julho de 1917) pp.1-6; Acta Nº 103 (21 de Julho de 1917) pp. 7-8; Acta Nº 105 (26 de Julho de 1917) p. 13; Acta Nº 118 (2 de Julho de 1923) p. 28. Os Escoteiros de Portugal são constantemente referenciados a par os Bombeiros Voluntários e de outras forças civis e militares de socorro (como os graduados da Instrução Militar Preparatória), sendo em 1917 louvados por serviços prestados ao Governo da República. O próprio decreto-fundador do escotismo

de tudo a experiência prática e técnica do escotismo; esta compadecia-se progressivamente menos com os elementos da Direcção Central que, tendo-se filiado no escotismo em fase adiantada da vida adulta, exerciam há alguns anos actividades administrativas ou de representação junto de outros organismos, detendo contudo autoridade e influência sobre as actividades dos grupos de que, na prática, pouco sabiam ⁶¹. Em consequência, em Dezembro de 1931, foi convocada uma Conferência Nacional de Dirigentes da AEP, onde estiveram representados quase todos os grupos da associação. Foi derrubada, com mais de dois terços de votos, a Comissão Administrativa de Tovar de Lemos, e empreendida a alteração de Estatutos e Regulamento Geral, legalizada em Decreto N° 21397, de Junho de 1932, passando a Conferência de Dirigentes a órgão máximo da associação.

Durante o ano de 1935 aproximaram-se da AEP novos protagonistas, sem experiência escotista e indubitavelmente próximos do regime. Fosse por imposição exógena ou estratégia de sobrevivência dos próprios grupos “aépidas”, em Julho de 1935, na 3ª Conferência de Dirigentes, foi eleito Presidente da Comissão Permanente Pedro Teotónio Pereira ⁶², que por ter sido indigitado para Ministro do Comércio e Indústria resignou, sendo em 4 Abril de 1936 substituído pelo Capitão Álvaro Afonso dos Santos, eleito em Conselho Permanente presidente desse órgão, bem como da Comissão Executiva. ⁶³ Para marcar a nova posição, Afonso dos Santos fez regressar à Comissão Permanente Alfredo Tovar de Lemos. O órgão da AEP afirmava que a desoficialização do escotismo português não significava uma quebra da sua actividade, em contradição clara com a declaração de António Carneiro Pacheco, proferida no momento em que avançou, em primeira mão, a informação que havia de ser publicada por Portaria N° 8488: a «*desoficialização do movimento escutista, do qual, como todas as organizações similares aproveitaria a boa lição e a boa técnica e as boas vontades*», pela «*necessidade duma concentração de todos os*

(Decreto N° 3120-B), no seu preâmbulo, considerava o método «um dos melhores processos de preparar a mocidade para o desempenho dos seus deveres militares».

⁵⁹ Vide *Escotismo. Órgão de Propaganda, Informação e Educação dos Escoteiros de Portugal*. Dir. Ruy Santos. Ano III. Lisboa: Associação dos Escoteiros de Portugal, (Julho 1933) p. 2. O primeiro subsídio estatal à AEP conhecido coincide com a ida ao *Jamboree* de 1920, em Londres; a representação portuguesa contou com 12 elementos e teve o financiamento das passagens marítimas até ao Havre. Foram entregues 15 contos pelo Ministério Instrução Pública aos Transportes Marítimos para esse fim, bem como para outras despesas de transporte de material.

⁶⁰ Cf. *O Escoteiro*. Ed. Fausto Salazar Leite; A.Tovar de Lemos. Lisboa:

*esforços em um programa nitidamente nacional, a realizar pela articulação da escola com as organizações cooperadoras do programa educativo próprio do Estado.»*⁶⁴

Em 1941 Cortez Pinto passou a presidir à AEP, Franklin António de Oliveira tornou-se Comissário Geral e Alfredo Tovar de Lemos presidiu à Comissão Executiva⁶⁵, o qual fez questão de deixar claro que, a partir de então, os escoteiros-chefes deveriam dizer-se parte de “*uma associação nacionalista*”⁶⁶. A exteriorização de apoio ao regime instituído teve no início da década de 40 marcada importância, sendo exemplo a participação na homenagem pública a António de Oliveira Salazar, ocorrida no dia 4 de Maio de 1941.⁶⁷

10. A União dos Adueros de Portugal

Seis meses após a fundação da AEP, foi criada pelo Capitão Artur Barros Basto a União dos Adueros de Portugal (UAP). Segundo a sua biografia⁶⁸, este militar havia em 1908 ingressado na Escola Politécnica, optando, um ano mais tarde, pela Escola do Exército, no Curso Geral de Cavalaria e Infantaria. Entre essa data e a implantação da República tomou parte nos movimentos de contestação e subversão em curso e afirmou-se ideologicamente anticlerical e socialista, tendo também sido iniciado e na Respeitável Loja Capitular Montanha do Grande Oriente Lusitano, em 1910. Republicano convicto, destacou-se nesse mesmo período pelos seus predicados de instrutor castrense.

O alferes concebeu em Outubro de 1913 uma versão particular do *boy-scouting*, adaptada às características que identificava na juventude portu-

Associação dos Escoteiros de Portugal, III Série (Maio 1925) p. 2.

⁶¹ Cf. *Escotismo. Órgão de Propaganda, Informação e Educação dos Escoteiros de Portugal*. Comissão Redactora e Administradora: F. Cansado Gonçalves, Carlos Centeno, Henrique de Barros. Ano I. Lisboa: s.n. 1930 p. 8. Edmundo Santos Matos faz crítica cerrada à actuação de Franklin de Oliveira, “*de cargos só quer nome*”. Afirma ter ouvido o Escoteiro-Chefe Joaquim Amâncio Salgueiro Júnior, gabar-se de «nunca ter lido nenhum livro sobre escotismo».

⁶² Vide Noticiário. In *Escotismo. Órgão de Propaganda, Informação e Educação dos Escoteiros de Portugal*. Dir. Ruy Santos. Queluz: Associação dos Escoteiros de Portugal, Ano VI. Nº 1 (Abril 1936) p. 8.

⁶³ Cf. *Ibidem*, p. 8.

⁶⁴ *Apud* PIMENTEL, Irene – *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 207. A citação foi retirada do *Diário de Notícias*, de 12 de Julho de 1936.

guesa. De acordo com *A Flor de Lis* ⁶⁹, e sem outra informação que o corrobore, os principais dirigentes que fundaram a UAP teriam entrado em ruptura com os Escoteiros de Portugal pouco depois da criação da associação, preferindo trabalhar com base na adaptação de Barros Basto. Este destacou-se na sociedade do seu tempo não só como fundador dos adueiros, mas sobretudo, alguns anos mais tarde, por aquela que considerou a missão da sua vida, a “obra do resgate” dos cripto-judeus portugueses.

Naquela que se tornou a cidade-sede da associação, o Porto, apresentou-se publicamente a 27 de Abril de 1914, no Teatro *Apolo Terrasse*, o Grupo N° 1 de Adueiros. Nascido no seio da Sociedade N° 17 de Instrução Militar Preparatória, instituição oficializada no início do regime republicano com vista à preparação castrense de todo o mancebo português maior de 10 anos, o Grupo N° 1 foi com certeza resultante de uma selecção de jovens feita pelo director da sociedade e adail-mor dos adueiros, o referido alferes Artur Barros Basto. Segundo o artigo 8° do Decreto N° 6277, de Dezembro de 1919, o aduarismo não se parecia diferenciar do escotismo, a não ser pela terminologia. A coabitação entre a instrução militar preparatória e o aduarismo permitiu à UAP facilidades logísticas ⁷⁰, mas tornou ainda mais difícil a já hesitante aceitação pelos seus pares da AEP. A leitura do órgão oficial da UAP, *o Adueiro*, lança luz sobre a pertinência das insinuações “aépidas” ⁷¹ de heterodoxia escutista: logo no primeiro número constam apelos ao bom patriotismo, cursos de instrução em carreiras de tiro e relembra-se com orgulho o oferecimento da UAP para a prestação de serviços ao Ministro da Guerra, em Abril de 1916. ⁷² Evidencia-se ao longo de todas as séries d’ *O Adueiro*, *Adueiro de Portugal* e *Adueiro do Sul*, uma

⁶⁵ Apenas em 1941 ressurgiu um periódico escotista. N° *A Flor de Lis*, entre 1938 e 1940, relativamente à AEP, apenas se identificam saudações cordiais a autoridades empossadas.

⁶⁶ Vide Princípios de Acção. Notas Para Uso de Dirigentes. In *O Escoteiro*. Dir. e Ed. Franklin de Oliveira. Lisboa: Associação dos Escoteiros de Portugal, N° 3 (Novembro 1941) pp. 4-5.

⁶⁷ Cf. Uma Grande Jornada Escotista. *Ibidem*, pp. 1-2.

⁶⁸ Vide MEA, Elvira de Azevedo; STEINHARDT, Inácio – *Ben-Rosh: Biografia do Capitão Barros Basto, Apóstolo dos Marranos*. Porto: Afrontamento, 1997.

⁶⁹ Vide Apontamentos Para a 2ª Classe. História do Escutismo em Portugal. In *A Flor de Lis*. Dir. José Martins Gonçalves. Braga: Corpo Nacional de Escutas, Ano 13, N° 1 (Fevereiro 1937) p. 2. N° *O Escoteiro* N° 8, de Julho de 1916, na página 4, noticiava-se o desvinculamento de 51 elementos, que, por hipótese, poderão ser o contingente de futuros adueiros a que *A Flor de Lis* se referia.

enorme semelhança com a instrução militar, apenas se entrevedendo do método escutista a aplicação de alguns dos aspectos do sistema de patrulhas e sistema de progresso.

Cada grupo adueiro integrava exclusivamente rapazes entre os 13 e os 17 anos, não tendo sido programadas unidades mais jovens ou mais velhas. Os grupos possuíam alas (similares às divisões da AEP) com o mínimo de três patrulhas, as quais de compunham de quatro jovens (o número aconselhado pelo General Baden-Powell para a constituição de uma patrulha era de cerca de sete rapazes). Este esquema favoreceu o trabalho com um colectivo mais extenso, a dita ala, e não com a unidade-base, a patrulha. Durante os vinte anos de actividade aduarista, os aspirantes iniciaram-se com a qualidade de adueiro-aprendiz, prestando juramento em feriado nacional ⁷³, seguiram para provas de adueiro-pronto e atingiram a escala máxima da sua aprendizagem mediante o trabalho para adueiro-perfeito.

Os primeiros dados relativamente a esta associação datam de Julho de 1918, e indicam a existência de nove grupos de adueiros sedeados no Porto. A partir da ausência de Artur Barros Basto, motivada pela incorporação no Corpo Expedicionário Português, Alfredo Augusto da Costa Pereira, Tenente de Infantaria e engenheiro industrial, com o seu adjunto Edmond Gomes da Silva, dirigiram a União. ⁷⁴ Na capital do país, onde a AEP tinha a sua sede-nacional e prestígio estabelecido ao longo de uma década, os adueiros batiam-se por um reconhecimento social que tardava em chegar, apesar de ter a sua personalidade jurídica três anos. A título de exemplo, queixava-se o grupo N° 10 de, em Novembro do ano anterior, numa manifestação de apoio ao Chefe de Estado convocada pela Câmara Municipal, não ter a UAP sido oficiada, acusando o vereador Magalhães Peixoto de manifestar para com a associação uma atitude desdenhosa ⁷⁵, ao convocar apenas a AEP. A preeminência de acção da UAP no Porto foi incontestada até à chegada do escutismo católico. Por isto, até 1923, o

⁷⁰ Tanto a Instrução Militar Preparatória (Lei de 26 de Março de 1911), como a Instrução Preparatória do Soldado (Decreto N° 5314, de 27 de Março de 1919) eram ministradas por instrutores destacados do Exército e obrigatoriamente frequentadas em todas as escolas primárias oficiais do país.

⁷¹ Vide, a título de exemplo, *O Escoteiro*. Dir. Grupo N° 11 da Associação dos Escoteiros de Portugal (Liceu Camões e Passos Manuel). Lisboa: Grupo N° 11 da AEP, (Janeiro 1919) p. 3. O redactor verbera os «rapazes que se intitulam escoteiros» e invoca a exclusividade garantida à AEP pelo Decreto N° 3120-B.

⁷² Cf. *O Aduero*. *Revista Mensal Ilustrada. Órgão Oficial da União de Adueros de Portugal (Boy Scouts Portugueses)*. Porto: União dos Adueros de Portugal (Julho 1918)

aduarismo compreendeu dois grupos confessionais ⁷⁶: o Grupo Nº 2, cujos elementos eram cristãos reformados, com sede na ACM Porto, e o Grupo Nº 15, “*estagnado*” já no início de 1922, e composto por católicos.

O facto de não ter a UAP integrado a OEP, nem ter sido encontrada a data exacta de dissolução, impossibilita a identificação das causas do fim do aduarismo. O período correspondente ao adailato-mor geral do Tenente Alfredo Augusto da Costa Pereira, entre 1922 e 1924, seguido do Capitão Emílio Tito Ferreira da Silva Couto ⁷⁷, de então até 1927, aparentam ter sido os mais dinâmicos. Contavam-se nesse ano 12 grupos, e cada grupo, tendo em conta a estrutura associativa aduarista, podia atingir um efectivo de 100 a 160 rapazes ⁷⁸. Assim, por aproximação, poderão ter existido entre 480 e 900 adueiros e adaís, nesse ano. Apontamento memorialista n’ *A Flor de Lis* refere um número dentro desta estimativa ⁷⁹.

11. Os Scouts Católicos

Onze anos após a criação do primeiro grupo de escoteiros em Lisboa, o Arcebispo Primaz de Braga, D. Manuel Vieira de Matos, regressado do Congresso Eucarístico Internacional em Roma, tomou a iniciativa de fundar, com o apoio de vários leigos, um colectivo de *boy-scouts* católicos. A criação de patrulhas e grupos de escuteiros de uma só confissão religiosa iniciou-se pouco após os primeiros passos de experimentação e divulgação do escutismo, havendo no tocante ao escutismo católico “aval” do próprio general Baden-Powell ⁸⁰, através da aprovação pública e recomendação da obra

pp. 2-9.

⁷³ Vide *O Adueiro de Portugal. Órgão de Propaganda e Instrução Adueira*. Director Mário Pereira Soares. Porto: União dos Adueiros de Portugal, Nº 5-6 (Novembro e Dezembro 1925) p 10. Aí se regista o juramento colectivo do Grupo Nº 24, de Vila Real, a 5 de Outubro.

⁷⁴ Cf. *O Adueiro. Revista Mensal Ilustrada. Órgão Oficial da União de Adueiros de Portugal (Boy Scouts Portugueses)*. Porto: União dos Adueiros de Portugal. Ano 1. Nº 3 (Setembro 1918) p. 5

⁷⁵ Vide *Porque Será?*, *Ibidem*, p. 5.

⁷⁶ Cf. *Adueiro do Sul. Órgão de Propaganda Aduarista*. Dir. Manuel dos Santos Domingos. Lisboa: Grupo Nº 10 da União dos Adueiros de Portugal. Nº 2 (Fevereiro 1922) p. 2.

⁷⁷ Vide *O Adueiro de Portugal. Órgão de Propaganda e Instrução Adueira*. Director Mário Pereira Soares. Porto: União dos Adueiros de Portugal. Nº 1 (Setembro 1925) p. 2. Era neste ano Instrutor Geral o Tenente Rocha Peixoto e Instrutor Geral de Sinalagem o Tenente Rodrigo Brandão Guedes Pinto. Na p. 6 refere-se que Mário Pereira Soares,

Le Scoutisme, escrita em 1922 pelo padre Sevin. Nessa obra, o sacerdote jesuíta encarregou-se de adicionar ao método powelliano uma espiritualidade assente no naturalismo tomista e na doutrina social da igreja, após nove anos de estudo e o expresso encorajamento do Papa Bento XV (1917).⁸¹ As associações decorrentes desta especialização escutista tiveram precedentes em Inglaterra (por impulso do Cardeal Bourne, c.1910) e na Bélgica (desde 1912), mas atingiram a sua maior expressão em França (desde 1914) e Itália (desde 1916)⁸².

Ocupando a sé durante o período da ditadura de Pimenta de Castro, em Outubro de 1914, Vieira de Matos dedicou-se (no seguimento do trabalho por si encetado anteriormente, na Guarda) à dinamização global da vida espiritual diocesana. A preocupação da Igreja Católica portuguesa com novos espaços e formas de sociabilidade, sobretudo a infantil e juvenil, datava de finais do século XIX – a sua fórmula associativa era genericamente conhecida por “Mocidade Católica” – agudizando-se com o agravamento do anti-clericalismo político registado no início do século XX⁸³. Neste contexto, em Braga, milenar e simbólico pólo católico, o arcebispo procedeu à reanimação da catequese, reorganizou os seminários locais e reiniciou o processo de mobilização dos leigos.

Durante a primeira reunião, em 24 de Maio de 1923, no N° 20 da Praça do Município, os onze⁸⁴ envolvidos no projecto analisaram a hipótese de criação de um colectivo dependente ou independente das duas associações escutistas já existentes. Destaca-se da lista de presentes Franklin de Oliveira, anteriormente ligado à AEP, o mais vincado detractor de uma eventual fusão com a UAP. Escolhida a fórmula de um Corpo

filho do Adail José Pereira Soares de Carvalho, dirigente do Grupo N° 1, era Adail-Ajudante do Adail Mor e director d' *O Aduero de Portugal*.

⁷⁸ Vide *ibidem*, pp. 9-10. Estes eram, respectivamente, o número de efectivos declarados, à data, pelos Grupos N° 1 (que tinha alas de A a F) e N° 24.

⁷⁹ Vide Apontamentos para a 2ª Classe. História do Escutismo em Portugal. In *A Flor de Lis*. Dir. José Martins Gonçalves. Braga: Corpo Nacional de Escutas. Ano 13. N° 1 (Fevereiro) 1937, p. 2. Aqui se refere a existência da UAP, com um efectivo nacional (sem qualquer outra indicação) de 500 elementos.

⁸⁰ Vide CHABRIER, Carine – *Premières Initiatives. 1912-1920*. In *L'Adoption du Scoutisme par L'Eglise Catholique en France, Pendant l' Entre-Deux-Guerres: pour des scouts catholiques ou des catholiques scouts?* Paris, Mémoire de Maîtrise d'Histoire à l'Université Paris IV - Sorbonne, 1995.

⁸¹ Vide CHABRIER, Carine – *De Baden-Powell au Scoutisme Catholique*. In *L'Adoption du Scoutisme par L'Eglise Catholique en France, Pendant l' Entre-Deux-Guerres: pour des scouts catholiques ou des catholiques scouts?* Paris, Mémoire de

de *Scouts* Católicos Portugueses (CSCP) independente, foi delineado o seu futuro corpo estatutário; tanto a existência dos *scouts* católicos como os seus estatutos foram aprovados em alvará local pelo Governador Civil do distrito, apenas três dias depois.

A publicação da Portaria Nº 3824, do Ministério do Interior, a 26 de Novembro desse mesmo ano, enunciava a explicitamente o desejo de expansão do escutismo católico a todo o território português, mediante posterior aprovação estatutária. Num ambiente político de animosidade anti-eclesiástica, a recém-nascida personalidade jurídica do CSCP contou desde 1923, e mais intensamente desde a publicação do Decreto Nº 9729, de 26 de Maio do seguinte ano, com oposição declarada. Protagonizou-a no Senado da República ⁸⁵ Joaquim Pereira Osório, violentamente crítico da legalização de uma associação de católicos em que havia «*eclesiásticos vestidos de escoteiros à frente dessa mocidade*» com «*fins tenebrosos*» e o fito de «*chamar a si a mocidade para a acorrentar à Igreja*» ⁸⁶, multiplicando «*sucursais [sic] em Viseu, Vila Real e Braga*». Em 1924, poucos dias depois da aprovação do Decreto Nº 9729, Pereira Osório, secundado por Álvaro Bulhão Pato, voltava a alegar a ilegalidade do CSCP, obra do «*Arcebispo de Braga, reacionário conhecido de todos*» ⁸⁷. Apontava responsabilidades ao Ministro do Interior (Sá Cardoso), por ser já a associação «*um adulto completamente desenvolvido*». O Ministro explicou-se na Câmara, afirmando ter errado ao aprovar o requerimento feito pelo deputado Lino Neto. Desta questão resultou o Decreto Nº 9791, que anulou o Nº 9729. Apenas em Fevereiro de 1925, com o Decreto Nº 10589, assinado por Santos Ribeiro, o rebaptizado Corpo Nacional de *Scouts* (CNS) pôde voltar a existir oficialmente. Ao anterior estatuto e orgânica do CSCP foi extirpado o carácter confessional mais flagrante, não se encontrando consagrada qualquer menção directa ao catolicismo CNS. A título de exemplo, deixou de estar explícita a obrigatoriedade de professar o catolicismo, as Juntas Diocesanas passaram a designar-se Juntas Regionais, e é erradicado o artigo que colocava os *scouts* sob a autoridade da Santa Sé. Organizado em grupos, podia comportar diferentes secções etárias, como por exemplo uma Alcateia (grupo de lobitos) e um Clã (grupo de seniores). Segundo o diploma, os filiados começavam o seu percurso como *scouts*-aspirantes, a que se sucediam as provas de 3ª classe, 2ª

Maitrise d'Histoire à l'Université Paris IV – Sorbonne, 1995.

⁸² Cf. JUËS, Jean Paul – *Le Scoutisme*. Col. “Que Sais-Je?”. Paris: PUF, 1996, p. 17.

⁸³ Cf. FONTES, Paulo – As Organizações de Juventude e o Movimento Católico no séc. XX em Portugal. In *História*. Série II. Ano XIX. Lisboa: Nº 31 (Maio 1997) pp. 16-

classe, 1ª classe, e, em caso de excelência, provas para Cavaleiro da Pátria.

Logo no Verão de 1925, um grupo de quinze *scouts* peregrinou a Roma, por ocasião de um encontro internacional de *scouts* católicos, sendo a comitiva portuguesa recebida em audiência Papa Pio XI. As palavras de encorajamento pelo progresso do escutismo católico encerravam o apoio da Santa Sé a esta e outras iniciativas de reapropriação do espaço anteriormente detido pela Igreja na sociedade portuguesa, ao mesmo tempo que dissipavam a reticência que alguns sectores do clero, mais tradicionalistas, manifestavam acerca da adopção de um método de raiz protestante ⁸⁸. O CSCP/CNS foi sobretudo, no primeiro tempo do escutismo católico nacional, obra de Monsenhor António Avelino Gonçalves. Formado na Universidade Gregoriana, em Roma, em Filosofia e Teologia, aí foi ordenado diácono em Dezembro de 1917, e presbítero em Março 1918. A sua familiarização e documentação a propósito de tal método pedagógico, do modelo Sevin, e do movimento juvenil internacional terão sido adquiridas durante a formação na Universidade Gregoriana, e na capital italiana terá tido oportunidade de testemunhar o desenvolvimento da associação congénere ⁸⁹.

A crónica fundacional ⁹⁰ do escutismo católico transmite a ideia de uma dupla paternidade, tanto por parte de D. Manuel Vieira de Matos, quanto de Avelino Gonçalves. Trata-se, em nosso entender, de uma velada analogia em relação à dupla Cornette / Sevin, fundadora dos *Scouts de France*. Tal como o cónego Cornette, possuidor de um maior capital de prestígio, D. Manuel aparece-nos descrito como o promotor da associação no seio da hierarquia católica e junto do poder civil. Qual padre Jacques Sevin, monsenhor Avelino é caracterizado como o jovem estruturador e impulsionador prático do projecto.

O desenvolvimento desta associação apoiou-se na rede paroquial e diocesana, secularmente instituída no território, pelo que, do norte para sul e do litoral para o interior, este escutismo se disseminou por todo o território,

21.

⁸⁴ Vide A Finalizar os 65 Anos. Relembrar um Passado Presente. In *A Flor de Lis*. Dir. Vítor Tourica e Henrique Botequilha. Lisboa: Corpo Nacional de Escutas (Dezembro 1989) p. 24. Segundo esta crónica, estiveram presentes Graciliano Reis Marques (Capitão do Exército), Dr. António Avelino Gonçalves (Padre), Belarmino de Oliveira Lemos, Luís Maciel dos Santos Portela (Padre, assistente das Juventudes Católicas da Arquidiocese), Manuel José Soares da Silva, Álvaro Benjamim Coutinho, José do Vale Barbosa, Américo Barbosa, José Avelino Marques Monteiro, Adolfo Santos da Cunha e Franklin de Oliveira e o Arcebispo Vieira de Matos.

⁸⁵ Vide *Diário do Senado*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa. Acta Nº 63 (12 de

incluindo o insular e ultramarino. Durante os primeiros três anos a grande vitalidade ocorreu nas regiões de Braga, Porto e Leiria ⁹¹, e só a partir de 1926 se estendeu a Coimbra e Lisboa. Depois de cinco anos de actividade, em Março de 1928, e após algumas reuniões preliminares, o CNS firmou com a AEP um pacto com vista à constituição da Federação Escutista de Portugal (FEP), facto que permitiu o reconhecimento do CNS pelo *Bureau* Mundial do Escutismo. Em 21 Setembro, a Santa Sé acedeu ao pedido dos directores do escutismo católico português, concedendo autorização para celebrar missa em campo quando acompanhavam os *scouts* em actividade; binassem missa quando, como párocos ou capelães, estavam obrigados a celebrar nas suas igrejas; confessassem jovens escuteiros de uma diocese que não a sua. Esta prerrogativa mostrava por parte da Santa Sé o início de uma política de fundo que visava a aposta no método escutista como meio ideal de captação e manutenção de jovens na órbita do catolicismo ⁹², e precedeu atribuição semelhante concedida ao *Scouts de France*, congénere francesa ⁹³.

Para a Organização Escotista de Portugal (OEP), criada pelo Decreto Nº 21434, de Julho de 1932, Gustavo Cordeiro Ramos, Ministro da Instrução Pública, nomeou seu delegado e presidente Vítor Manuel Braga Paixão. Até Agosto de 1936 este procurou homogeneizar ao máximo a instrução e actividades do escutismo português, que se traduziu num conjunto de alterações estatutárias e regulamentares, na equivalência de provas no sistema de progresso (3^a, 2^a, 1^a Classe e Cavaleiro da Pátria) e na distinção clara entre distintivos e uniformes.

A demonstração de vitalidade quantitativa do CNS prosseguiu no seu órgão oficial: mercê da criação de um Secretariado de Estatística, em Fevereiro de 1939, publicou-se informação coligida desde a fundação da associação. Demonstrava-se que, até ao início de 1940, 16261 indivíduos (dos quais 1008 escutas seniores, 9862 juniores, 53 marítimos, 4199 lobi-

Julho de 1923) pp. 1-10; Acta Nº 63 (12 de Julho de 1923) pp. 1-10; Acta Nº 66 (3 de Maio de 1924) p. 2; Acta Nº 67 (4 de Junho de 1924) pp. 9-13; Acta Nº 70 (17 de Junho de 1924) pp. 1-9.

⁸⁶ *Idem, Ibidem.* Acta Nº 63 (12 de Julho de 1923) p. 7.

⁸⁷ *Idem, Ibidem.* Acta Nº 67 (4 de Junho de 1924) p. 10.

⁸⁸ Cf. *A Flor de Lis*. Dir. António Avelino Gonçalves. Braga: Corpo Nacional de *Scouts*. Ano 1. Nº 9-19 (Outubro-Novembro 1925), pp. 1-8.

⁸⁹ *Passim* SALGADO, Benjamim, padre – *Rádiosa Floração ou Vinte e Cinco Anos sob o Signo da Flor de Lis em Prol da Juventude e ao Serviço de Deus e de Portugal*. Braga: Corpo Nacional de Escutas, 1948. Na resenha introdutória e em vários momentos do livro, o autor, coevo de Gonçalves, refere explicitamente o prévio conheci-

tos e 1319 dirigentes) haviam passado pelas fileiras do Corpo Nacional de Escutas (CNE)⁹⁴, designação associativa naturalizada.

A mais difícil etapa de sobrevivência do CNE correspondeu, como verificado em relação à AEP e AGP, ao período compreendido entre 1936 e 1942. O marco inicial coincidiu com a transformação, por obra do ministro António Carneiro Pacheco, do Ministério da Instrução Pública (MIP) em Ministério da Educação Nacional (MEN), pólo essencial de doutrinação do regime⁹⁵; coincidiu também com deflagrar da Guerra Civil de Espanha, indissociável de um momento de recrudescimento fascizante no regime português. Aquando da extinção da OEP, as associações voltaram a regular-se pelos seus decretos fundadores, vivendo até 1942 numa situação de extrema pressão no sentido da dissolução; ainda assim, em termos quantitativos, o pico do efectivo nacional escutista conhecido entre 1911 e 1942 verificou-se em 1936, estando filiados nas três associações existentes (escoteiros, escutas e guias) 8000 escuteiros.⁹⁶

A estratégia do MEN em relação ao CNE foi, pela sua especificidade, bem menos simples que a utilizada nos casos da AEP e AGP. O Cardeal Patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira, foi por iniciativa do próprio ministro contactado no intuito de intervir positivamente no “fechar de portas” dos escutas, visando Carneiro Pacheco efectivar a «*educação controlada integralmente pelo Estado Novo*»⁹⁷. Aquele eclesiástico não se mostrou de todo receptivo, defendendo de forma clara a especificidade e mais valia do trabalho dos escutas em relação à MP, à qual afirmava não dar «*a sua absoluta confiança*»⁹⁸. Em 1938, esclarecendo a sua posição, Cerejeira endereçou ao ministro uma carta datada, significativamente, do dia de comemoração dos 33 anos do CNS. Recusava a participação numa concentração da MP e manifestava desagrado pelo convite da dirigentes da *HitlerJugend*⁹⁹. Numa outra missiva, em data imprecisa do Verão desse

mento daquele acerca do método.

⁹⁰ Vide *Idem*, *Ibidem*.

⁹¹ Cf. *A Flor de Lis*. Dir. António Avelino Gonçalves. Braga: Corpo Nacional de Scouts. Ano 1, 1925.

⁹² Vide PIERI, Francesco – Scoutisme et Saint-Siège. Lignes d'Interpretation. In AAVV – *Le Scoutisme. Un Mouvement d'Éducation Au XXème Siècle: Dimensions Internationales*. Actes du Colloque International tenu à l'Université Paul Valéry. Dir. e Coord. de Gérard Cholvy. Montpellier: Editions Montpellier 3, 2002, p. 17.

⁹³ Vide CHABRIER, Carine – Benedictions et Encouragements Pontificaux. In *L'Adoption du Scoutisme par L'Eglise Catholique en France, Pendant l' Entre-Deux-Guerres: pour des scouts catholiques ou des catholiques scouts?* Paris: Mémoire de

ano, o Cardeal louvava a obra de cristianização do ensino oficial português, mas recusava o pedido feito.¹⁰⁰ Terá sido na sequência desta resposta que o ministro oficiosamente comunicou a Oliveira Salazar, em carta não datada, a inconveniência de «*se ir para uma forma totalitária*», sendo preferível uma «*fórmula de independência vigiada*»¹⁰¹. Para além da proibição de existência de qualquer associação escutista nas colónias portuguesas, pelo Decreto N° 29453, de Fevereiro de 1939 (que a Igreja contornou a partir do seguinte ano, com base na Concordata e Acordo Missionário), eram ainda lembrados em 1989, a propósito dos 65 anos do CNE, os tempos em que o reitor do Liceu de Braga, Chefe Nacional Adjunto da associação, recusou o cargo de dirigente na MP, sendo em consequência colocado em espaço ultramarino, bem como o despedimento do chefe Nazaré (José Manuel Nazaré Silva?), dirigente da Junta Regional de Lisboa e funcionário do Ministério das Obras Públicas, na sequência da detenção por recusa de instrução à juventude estatal¹⁰².

Não obstante, o CNE continuou a sua actividade, seguindo o mote dado nos editoriais d' *A Flor de Lis* entre 1937 e 1938, de que é exemplo o da edição 14 de Maio de 1938, intitulado "*O Escutismo Não Morrerá*". Em Março de 1942, a MP ganhou a tutela formal sobre todo o escutismo português: o Decreto N° 31908 conferiu à MP o poder de aprovação de novos estatutos, onde ficaram firmados poderes de inspecção aleatória a qualquer grupo de escuteiros, bem como de irradiação de elementos considerados indesejáveis pelos graduados da organização estatal.

12. *Girl-Scouts* e Guidismo em Portugal

Confirmou-se no caso português a premissa enunciada por Michael Mitterauer: apesar de originalmente criado a pensar em jovens rapazes, o método escutista, gerador de associações juvenis de matriz eminentemente burguesa, manteve as raparigas afastadas mais tempo *de jure* que *de facto*.¹⁰³ O primeiro grupo feminino português a praticar escutismo foi, excluindo a primeira experiência macaense, o Grupo N° 28 da AEP, criado

Maitrise d'Histoire à l'Université Paris IV – Sorbonne, 1995. A autora aponta a data de 15 de Julho de 1929.

⁹⁴ Cf. *A Flor de Lis*. Dir. José Martins Gonçalves. Braga: Corpo Nacional de Escutas. Ano 16 (16 de Abril 1941) p. 31.

⁹⁵ Vide Ministério da Educação Nacional. In AAVV – *Dicionário de História de Portugal*. Suplemento. Vol. F/O. Lisboa: Ed. Figueirinhas, 1999. pp. 470-475.

em Março de 1916 ¹⁰⁴, e dirigido pela escoteira-chefe Maria Luísa de Magalhães, enfermeira. Esta relatou em 1960 ao *Sempre Pronto*, órgão oficial da AEP a partir de 1945, que Adélia de Melo Machado, mulher de Álvaro de Melo Machado, ensaiador da experiência pioneira, lhe propôs o desafio. Foi importante o apoio (e provável instrução técnica) de seu irmão mais novo, João Correia de Magalhães, antigo elemento do 3, anexo ao Liceu Pedro Nunes. O 28 teve uma existência efémera, não superior a dois anos, mas pôde, segundo a sua chefe, realizar diversas actividades de campo.

A UAP teve também, por muito breve período, em 1922, o Grupo N° 17 de Aduairas, anexo à Escola Primária Ferreira de Macedo, em Gaia, fora do quadro estatutário criado três anos antes ¹⁰⁵. Outras referências a mulheres nessa associação datam de 1926, sendo claro que o seu papel era o de beneméritas e angariadoras de fundos para os diferentes grupos ¹⁰⁶. A mais provável explicação da não legitimação destas realidades é também a mais simples: o modelo do escutismo no feminino foi no momento inicial da sua experimentação bastante polémico, mesmo no panorama inglês ¹⁰⁷, socialmente mais dinâmico e economicamente mais favorável a actividades de lazer. Neste contexto, Portugal, mesmo no cenário de mudança social criado pela implantação da República, não terá conseguido adesão ou aprovação de jovens em condições sociais de serem dirigentes ou filiadas.

O guidismo nacional e o guidismo em Portugal haveriam de realizar na década de trinta uma convergência de esforços resultante na Associação Guias de Portugal (AGP). Em 1926 o corpo docente da *Oporto British School*, na cidade invicta, Miss Denise E. Lester, no Funchal, e Maisie Norton e Palmira Ribatãmega, em Carcavelos, constituíram as primeiras companhias conhecidas, directamente dependentes do *Bureau Mundial do Escutismo* ¹⁰⁸, que assim se mantiveram até à legalização da AGP.

Após um período de formação, entre 1931 e 1933, foi oficializada a

⁹⁶ Cf. *Escotismo. Órgão de Propaganda, Informação e Educação dos Escoteiros de Portugal*. Dir. Ruy Santos. Queluz: Associação dos Escoteiros de Portugal, Ano IV. (Abril 1936) p. 1.

⁹⁷ *Apud Idem. Ibidem*, p. 470.

⁹⁸ *Apud FREIRE, José Galdes – Resistência Católica ao Salazarismo-Marcelismo*, Porto: Telos, 1976, pp. 207-213. Aqui se encontram transcritas as duas cartas em causa, cedidas ao autor pelo próprio Cardeal.

⁹⁹ *Apud Idem. Ibidem*.

¹⁰⁰ *Apud Idem. Ibidem*.

¹⁰¹ *Vide IANTT. AOS/CO/ED-1D. Apud PIMENTEL, Irene – In Op. Cit*, p. 207.

¹⁰² *Vide Mesa Redonda. In A Flor de Lis*. Dir. Vítor Touricas e Henrique

AGP pelo Decreto N° 23760, de Abril de 1934, e aprovados os seus estatutos pela Portaria N° 7831, em Maio seguinte. A fusão do guidismo português com o *girl guiding* praticado pela colónia inglesa deixou marcas no corpo estatutário: à semelhança da AEP, a AGP estava organizada como uma federação de companhias (equiparadas aos grupos de escuteiros) com direcções autónomas, que podiam ser abertas (interconfessionais), semi-abertas (pluridenominacionais) ou fechadas (de uma só religião). A primeira notícia sobre as companhias data de Dezembro de 1935, e decorre duma entrevista de Judite Maggioly a Maria Guardiola, reitora do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho e Comissária Honorária da AGP, para a *Modas & Bordados*, em que esta afirmava a importância do papel do guidismo.¹⁰⁹ Em Fevereiro de 1936, a *Joaninha*, porventura o primeiro *magazine* das adolescentes portuguesas, tornou-se órgão oficioso da AGP; foi apresentada, logo no primeiro número, Maria Fernanda de Almeida d'Orey, Comissária Nacional guidista de 1934 a 1937. Existiam, ao todo, 18 companhias¹¹⁰, distribuídas por Lisboa, Porto, Funchal, Angra do Heroísmo, Lourenço Marques, Beira e Luanda. Estimamos por isso, tendo em conta que uma companhia não poderia existir com menos de uma patrulha ou bando, que a dimensão regular era a de duas patrulhas, e que estas tinham sempre, pelos menos, uma chefe e uma ajudante, que terão existido nesse ano entre 160 a 300 elementos na AGP.

A partir de Setembro desse ano deixaram de ser publicadas quaisquer notas, informativas (ou de propaganda) relativas à AGP. Este silêncio foi motivado por dois acontecimentos marcantes do segundo semestre de 1936: a criação das organizações estatais femininas e a extinção da OEP. À Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) pertenceram desde a primeira hora Fernanda d' Orey e Eugénia Brandão de Melo, a primeira como membro da direcção executiva inicial e a segunda como vogal. Em 11 de Julho de 1936, na cerimónia de tomada de posse da Junta Central da OMEN, Carneiro Pacheco anunciou de forma clara a sua intenção. Avançou, em primeira mão, informação que havia de ser publicada por

Botequilha. Lisboa: Corpo Nacional de Escutas. Ano 64 (Maio 1989). pp. 16-23. Manuel Ferreira da Silva ofereceu tal testemunho.

¹⁰³ Vide MITTERAUER, Michael – *Op. Cit.*, p. 256.

¹⁰⁴ Cf. RIBEIRO, Eduardo – Escotismo Feminino. In *Op. Cit.*

¹⁰⁵ Cf. *Aduero do Sul. Órgão de Propaganda Aduarista*. Dir. Manuel dos Santos Domingos. Lisboa: Grupo N° 10 da União dos Adueros de Portugal. N° 3 (Março 1922) p. 3.

¹⁰⁶ Homenageando. In *O Aduero de Portugal. Órgão de Propaganda e Instrução*

Portaria N° 8488 do Governo, dois dias depois.¹¹¹ Apenas um apontamento n' *A Flor de Lis*¹¹² confirma a ocorrência de um último Conselho Nacional da AGP, datado de 27 de Abril de 1937, em que havia sido constituída uma nova Comissão Executiva para o guidismo. O transvase das suas dirigentes para as organizações estatais já estava em curso, pelo que o abrupto encerramento das Guias de Portugal não mais terá sido que a consequência de uma resposta positiva do seu Conselho Nacional ao pedido expresso por Carneiro Pacheco¹¹³. Fernanda d' Orey foi em Dezembro de 1937 indigitada Comissária Nacional Adjunta da Mocidade Portuguesa Feminina, exercendo esse cargo até ao seu falecimento. De acordo com o depoimento de Manuel Ferreira da Silva (então assistente e membro da Junta Central do CNE), o próprio e outras antigas Comissárias da AGP encetaram em 1952 reuniões para reactivação do projecto guidista.

O percurso de Maria Judite Furtado Coelho Parreira ilustra, em nosso entender, o destino de várias¹¹⁴ jovens e adultas interessadas numa outra forma de escutismo no feminino, antes e depois do encerramento da AGP. Havia sido publicado pelo CNS, em 1934, um primeiro conjunto de regras que permitiu a existência de mulheres – as “*Senhoras das Alcateias*” – nas chefias da I Secção, salvaguardando a inexistência de dirigentes do sexo oposto, salvo se parentes ou religiosos. Esta adenda ao regulamento original do CNS apenas legitimava uma situação já existente, e facilmente comprovável pela leitura do seu órgão oficial.

Judite Furtado Coelho Parreira, filha de Luís da Costa Leal Furtado Coelho, um dos primeiros professores de ginástica introdutores do método sueco, seguiu a carreira paterna, iniciando-se na docência de Educação Física em 1911. Antes de rumar a Luanda, em 1939, foi uma das primeiras mulheres a integrar os quadros auxiliares do CNS, como instrutora de ginástica da I Secção, na Alcateia N° 21 de Lisboa. Com ela desbravaram terreno Maria Eugénia Vieira e Isabel Leal (OSN de 15 de Janeiro de 1929),

Adueira. Director Mário Pereira Soares. Porto: União dos Adueros de Portugal. N° 8 (Março--Maio 1926) p. 1. D. Ana Videira Alves foi nessa edição a benemérita destacada, cuja doação desse ano visava contribuir para a comemoração do Dia do Viriato com um aduar feito na Serra da Estrela. Excepcionalmente, a intervenção de Ana Videira Alves permitiu a publicação no *Comércio do Porto*, de uma coluna intitulada “Vida de Aduero”, da sua autoria.

¹⁰⁷ Vide JEAL, Tim – What To Do With the Girls. In *Op. Cit.*, pp. 469-487.

¹⁰⁸ Cf. Guidismo em Portugal Através dos Tempos. In *Associação de Guias de Portugal*. Lisboa, [s.d.].

¹⁰⁹ Vide O Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho. In *Modas e Bordados. Vida*

entre muitas outras. O papel feminino na Chefia de Alcateia foi desenvolvimento do anteriormente existente “Conselho Protector de Grupos”, composto por paroquianas que prestavam apoio catequético e financeiro às actividades de lobitos e *scouts*.

Para além do estrito trabalho nas chefias de I Secção, as Patrulhas de Estudo do CNE, modelo instituído no 1^a Congresso Nacional de Dirigentes ocorrido em Setembro de 1933 ¹¹⁵, integraram na dinâmica geral de chefia as jovens *Akêlãs*. A presença de mulheres dirigentes em Conselhos Nacionais só foi facto desde 1936: o seu voto tinha apenas valor consultivo, quando não eram meras observadoras. ¹¹⁶ Vinha ainda longe o momento de aprofundamento do modelo de co-educação no seio da AEP e CNE, instituído somente no pós-25 de Abril de 1974.

13. Conclusão

Cinco conclusões fundamentais se apresentam. Em Portugal, desde as primeiras experiências com o método até à submissão das diferentes associações de escuteiros à tutela da organização estatal de enquadramento infantil e juvenil (a Mocidade Portuguesa), a fraqueza ou força das associações referenciadas dependeu da base de apoio social das suas elites dirigentes, bem como das relações pessoais destas com o poder governamental instituído. Perfilou-se uma lenta mas crescente adesão ao Escutismo, não apenas nos núcleos urbanos, como seria expectável, mas também em espaço rural. Registou-se alguma reticência social à natureza das experiências escutistas femininas, que sobreviveram poucos anos. Destacou-se o papel da imprensa periódica no acto de propaganda do escutismo, bem como na difusão de uma ortodoxia de práticas associativas à escala de todo o território. Por fim, aquando da emergência de organizações de juventude totalizantes, registou-se o encerramento, o esvaziamento de poderes e o enfraquecimento das diferentes associações, a par da captação de diversos dirigentes escuteiros para as fileiras da Mocidade Portuguesa e da Acção Católica.

Feminina, Suplemento Semanal d' O Século. Dir. António Maria Lopes. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia. Ano XXII. Nº 1243 (4 de Dezembro 1935) p. 17, p. 21.

¹¹⁰ Vide *Joaninha. Jornal das Raparigas*. Ed. António Maria Lopes. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia. Nº 3 (Abril 1936).

¹¹¹ *Apud* PIMENTEL, Irene – *Op. Cit.* p. 207. A citação foi retirada do *Diário de Notícias*, de 12 de Julho de 1936.

¹¹² Cf. *Guias de Portugal*. In *A Flor de Lis*. Dir. José Martins Gonçalves. Braga: Corpo Nacional de *Scouts*. Ano 13. Nº 7 (Maio), 1937. p. 36. Foi reconduzida como Comissária Nacional Fernanda d'Orey. Comissária Internacional – Gina Bau; Secretária Geral – Maria José Ayala Monteiro; Sub-Secretária – Eugénia de Almeida (Lavradio); Vogais da Comissão Executiva – Júlia Guedes e Isabel Ulrich; Vogais Técnicas – Miss

ÍNDICE DE ABREVIATURAS UTILIZADAS

ACM – Associação Cristã da Mocidade
ACP – Acção Católica Portuguesa
AEP – Associação dos Escoteiros de Portugal
AGP – Associação Guias de Portugal
CNE – Corpo Nacional de Escutas
CNS – Corpo Nacional de *Scouts*
CSCP – Corpo de *Scouts* Católicos Portugueses
FEP – Federação Escotista de Portugal
IASD – Igreja Adventista do Sétimo Dia
MEN – Ministério da Educação Nacional
MIP – Ministério da Instrução Pública
MP/MPF – Mocidade Portuguesa / Mocidade Portuguesa Feminina
OEP – Organização Escotista de Portugal
ONMP – Organização Nacional Mocidade Portuguesa
OSN – Ordem de Serviço Nacional
UAP – União de Adueros de Portugal
CD – Clube de Desbravadores
RR – *Royal Rangers*

ANEXO 1

TERMINOLOGIA E JARGÃO ESCUTISTA (1911-1942)

Adaíl – Sinónimo de chefe ou dirigente da UAP.

Adaíl-Mor – Chefe máximo da UAP.

Aduar – Sinónimo de acampamento ou bivaque, de raiz árabe, designação utilizada pelos elementos da UAP.

Aduero – Rapaz entre os 13 e os 17 anos pertencente à UAP, etariamente equivalente ao escoteiro, escuta ou guia. Conforme o grau de aprendizado técnico, podia ser Adaíl-Aprendiz, Adaíl-Pronto ou Adaíl-Perfeito, correspondentes a escuteiro ou guia de 3^a, 2^a ou 1^a classe.

Alcateia – Colectivo de lobitos, pertencente à 1^a Divisão da AEP e 1^a Secção do CNS/CNE, que agrega um número variável de pequenos grupos (bandos) de rapazes com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos.

“Alerta” – Divisa dos escutas do CNS/CNE.

Aquelá (*alias* Akêlá, Pai Lobo ou Mãe Loba) – Designação porque é conhecido o chefe da alcateia, inspirada numa personagem do *Livro da Selva*, de Rudyard Kipling.

Avezinha – Menina entre os 6 e os 10 anos pertencente à 1ª Secção da AGP que, após período probatório e de prestação de provas efectua a sua promessa em cerimónia de investidura.

Bando – Célula da alcateia, composta por 4 a 8 lobitos; célula do ninho, composta por 4 a 8 avezinhas.

Bivaque – Actividade escutista de curta duração (máximo de 24 horas); espécie de barrete dobrado e comprido, parte integrante do uniforme das alcateias do CNS/CNE durante as décadas de trinta e quarenta.

“Boa Caça” – Cumprimento, incentivo ou voto trocado entre escuteiros.

Boy-Scout – Termo inglês forjado por Robert Baden-Powell, qualificativo do praticante do escutismo; literalmente traduzível em português como “*rapaz-batedor*”; *boy-scout*, ou simplesmente *scout* foi o primeiro termo a ser utilizado em território português, a que se seguiu a sua substituição por escoteiro (1913), adueiro (1914) e escuta (1934).

Brigada – Sinónimo de patrulha, utilizado pelo CNS/CNE para diferenciar as unidades marítimas das terrestres.

Cadete – Sinónimo de Lobito; sinónimo de 1ª Divisão, correspondente aos originais *Wolf-Cubs*, posteriormente designada Alcateia; guia sénior da AGP, em preparação para dirigente.

Chefe – Sinónimo de adail, dirigente ou comissária, indivíduo maior de 18 anos encarregado da administração, formação técnica, moral ou religiosa de uma alcateia, grupo, tribo ou clã; na AEP é-se Escoteiro-Chefe.

Clã – Grupo de escutas séniores, integrando a 3ª Secção do CNS/CNE, composto por um número variável de pequenas unidades (patrulhas) de rapazes com idades compreendidas entre os 15 e os 21 anos.

Comissária – Sinónimo de chefe ou dirigente dos órgãos superiores da AGP.

Comissário – Termo utilizado até Maio de 1942 para designar um chefe ou dirigente superior (local, regional ou nacional) da AEP e CNS/CNE.

Companhia – Termo utilizado pela AGP, sinónimo de unidade ou grupo de Guias.

Compromisso de Honra – Sinónimo de promessa; fórmula alternativa

proferida pelo aspirante laico da AEP, sobre a bandeira nacional e associativa, no momento da sua investidura.

Conselho de Guias – Colectivo constituído pela reunião semanal da chefia, guias e sub-guias de uma unidade, com o objectivo de deliberar acerca de assuntos relativos à mesma.

“Da Melhor Vontade” – Divisa do lobito do CNS/CNE.

Director – Designação utilizada até Outubro de 1934 para qualificar o dirigente eclesiástico católico responsável pela orientação espiritual de uma unidade ou grupo do CNS/CNE.

Director-Mor – Designação utilizada, até Outubro de 1934 para identificar o responsável eclesiástico máximo na hierarquia do CNS/CNE, posteriormente alterada para Assistente-Nacional; cargo ocupado pelo Arcebispo de Braga.

Dirigente – Sinónimo de chefe, adal ou comissária, indivíduo maior de 18 anos encarregado da administração, formação técnica, moral ou religiosa de uma alcateia, grupo, tribo ou clã.

Distintivo – Sinal exterior destinado a diferenciar um grupo ou elemento dos restantes, informando acerca da pertença e estágio de evolução do mesmo.

Divisão – Termo utilizado pela AEP, sinónimo de nível ou grupo etário; equivalente à designação de secção no CNS/CNE e AGP; a 1ª divisão integra alcateias, a 2ª divisão grupos de escoteiros juniores e a 3ª divisão grupos de escoteiros seniores.

Escoteiro (AEP), Scout (CNS) ou Escuta (CNE) – O mesmo que escuteiro; rapaz entre os 10 e os 21 anos pertencente a uma patrulha e grupo de uma associação nacional portuguesa, que após período probatório e de prestação de provas efectua o seu compromisso de honra ou promessa em cerimónia de investidura; pode ser júnior (dos 10/12 aos 15/16 anos) ou sénior (dos 15/17 aos 19/21 anos).

Escoteiro da Pátria ou Cavaleiro da Pátria – Prova última no sistema progressivo do escuteiro da AEP e CNS/CNE, respectivamente; insígnia atribuída ao escuteiro com provas de primeira classe completas, acrescidas de duas outras de conhecimento de Portugal e um cúmulo de seis aptidões ou especialidades diferentes, a par do reconhecimento hierárquico de extraordinárias qualidades humanas.

Especialidades – Insígnias atribuídas a um lobito, escuteiro ou guia, após a prestação de provas de destreza específica, como por exemplo ciclista, cantor ou alfaiate.

Evoluções – Conjunto de preceitos e comportamentos do escuteiro em situação de marcha ou formatura móvel.

Flor de Lis – Símbolo mundial do escutismo, escolhido por Robert Baden-

-Powell por reportar à pureza e aos ideais da cavalaria medieva.

Fogo de Conselho – Cerimonial nocturno de reunião de uma unidade em torno de uma fogueira, com intuitos de entretenimento e reflexão.

Formatura – Posicionamento formal escutista sob voz de comando, de desenho variável, similar ao utilizado no mundo castrense.

Grupo – Sinónimo de unidade; identifica o colectivo que integra um número variável de patrulhas de escuteiros.

Guia – Líder de bando, alcateia, patrulha, grupo ou tribo; criança ou jovem entre o 6 e 21 anos pertencente à AGP.

Guia Sénior – Rapariga pertencente a uma companhia da AGP, com idade compreendida entre 16 e 21 anos.

Insígnia – Sinal externo composto por figuras ou desenhos.

Inspector-Mor – Termo utilizado até Outubro de 1934 para designar o Secretário-Nacional do CNS/CNE.

Instrutor – Epíteto de todo o especialista, escuteiro ou não, que ministrava até 1942 instrução técnica de vária natureza a patrulhas ou grupos de escuteiros; epíteto do escuta, da guia (com mais de 18 anos) ou do chefe do CNS/CNE e AGP que veiculam conhecimentos de natureza técnica ou auxiliam a chefia de um grupo ou patrulha.

[Escuteiros] Isolados – Categoria de patrulhas que, por se encontrarem em pontos do território onde não existiam grupos ou regiões associativas constituídas, dependem do nível hierárquico superior à distância.

Jamboree – Acampamento internacional periódico de escuteiros criado por Robert Baden-Powell; ocorrido pela primeira vez em Olympia, Inglaterra, em 1920, visa a promoção do escutismo e o reforço do sentimento de fraternidade entre escuteiros de diferentes nações; expressão idiomática norte-americana, tradutível em português como “*folia barulhenta*”.

Lobito – Rapaz entre os 6 e os 12 anos, pertencente a um bando e alcateia de uma associação escutista portuguesa, que após período probatório e de prestação de provas efectua o seu compromisso de honra ou promessa em cerimónia de investidura.

Lobo – Primeira designação utilizada pelo CNS/CNE, na primeira década de existência, para qualificar o jovem pertencente à 2ª Secção; sinónimo de escoteiro, adueiro, *scout* ou escuta.

“Mens Sana In Corpore Sano” – Mote da UAP.

Ninho – Colectivo de avezinhas, integra um número variável de pequenos grupos (bandos) de meninas entre os 6 e os 10 anos.

Noviço – Escuteiro que transitou para outra secção ou divisão, mas que ainda

não renovou a sua promessa ou fez a sua investidura.

Ordem de Serviço – Acto oficial emanado por um grupo, núcleo, região ou associação.

Pata-Tenra – Nome porque também é conhecido o aspirante ou o escuteiro inexperiente.

Patrulha – Célula de um grupo ou unidade de escuteiros, composta por 6 a 8 rapazes.

Pioneirismo – Trabalho técnico do escuteiro; arte de fazer nós e construções.

“Por Bem” – Divisa Geral da UAP.

Promessa – Fórmula proferida pelo aspirante a escuteiro da AEP, CNS/CNE ou AGP, fiel a uma crença religiosa, sobre a bandeira nacional e associativa, no momento da sua investidura.

Secção – Termo utilizado pelo CNS/CNE e AGP, sinónimo de nível ou grupo etário; equivalente à designação de divisão na AEP; no CNS/CNE, a 1ª secção integra alcateias, a 2ª secção grupos de *scouts*/escutas juniores e a 3ª secção grupos de *scouts*/escutas seniores ou Clãs (na década de vinte e trinta os termos Lobitos, Lobos e Velhos Lobos, respectivamente, são também utilizados); na AGP a 1ª secção integra ninhos, a 2ª secção companhias de Guias e a 3ª secção companhias de Guias Sêniores.

“Sempre Alerta” – Divisa das guias da AGP.

“Sempre Alerta para Servir” – Divisa dos dirigentes do CNS/CNE.

“Sempre Pronto” – Divisa dos escoteiros da AEP.

“Sempre Pronto para Servir” – Divisa dos escoteiros-chefes da AEP.

Tribo – Sinónimo de unidade de escoteiros, juniores ou seniores, da AEP. No CNS/CNE, a palavra “tribú”, usada no mesmo sentido, é também informalmente referida no seu órgão oficial.

Tribunal de Honra – Colectivo de guias, sub-guias e respectiva chefia de unidade reunidos no intuito de julgar um acto de um escuteiro que tenha atentado contra a lei, promessa ou o regulamento a que se obrigou.

Unidade – Sinónimo de grupo; identifica o colectivo que integra um número variável de patrulhas de escuteiros.

Velho Lobo – Designação utilizada pelo CNS/CNE, na primeira década de existência, para qualificar o jovem pertencente à 3ª Secção; sinónimo de escuta sénior; também utilizada para designar, nos primeiros anos da associação, o chefe de alcateia.

ANEXO 2
DISTINTIVOS DAS ASSOCIAÇÕES (1911-1942)



AEP (1915)



AEP (1936)



AEP (1942)



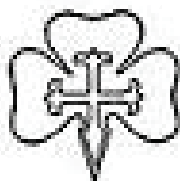
UAP (1918)



CNS (1923)



CNE (1935)



AGP (1934, GUIAS)



AGP (1934, AVEZINHAS)

DISTINTIVOS DAS ASSOCIAÇÕES (2004)



AEP



CNE



AGP



AGEEP



CD



RR - Portugal